



É
conhecendo
que a gente
se entende

CRP SP 50 ANOS



Diferenças que constroem.
Compromisso social e ético da Psicologia

É
conhecendo
que a gente
se entende

CRP SP 50 ANOS

Jornal Psi | CRP SP 50 anos | É conhecendo que a gente se entende
Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo,
CRP SP, 6ª Região

XVII Plenário

Diretoria

Presidenta: Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Vice-presidenta: Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)

Secretária: Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)

Tesoureiro: Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)

Conselheiras/os efetivas/os:

Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)

Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)

Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)

Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)

Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)

Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)

Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)

Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo (CRP 06/45952)

Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)

Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)

Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)

Conselheiras/os suplentes:

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)

Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)

Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)

Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)

Renúncias:

Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)

Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)

Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)

Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)

Lilian Suzuki (CRP 06/27810)

Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)

Sônia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)

Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)

Valeria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)

Vacâncias:

Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)

Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Realização

Comissão de Comunicação:

Presidente: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes

Membros/os: Ana Tereza da Silva Marques,
Jéssica Siqueira de Aquino, Marco Aurélio Jacob Pereira,
Marta Eliane de Lima e Talita Fabiano de Carvalho.

Coordenadora de Comunicação: Taís Souza

Redação: Priscilla Auilo Haikal

Revisão: Angelo Cuissi

Captação de audiovisual: Rodolfo Lima

Pesquisa histórica: Enfoque Consultoria e Pesquisa em História

Diagramação: Paulo Mota

Capa: Paulo Mota

Aprovação: XVII Plenário

Impressão: Rettec Artes Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 1.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Teodoro Sampaio, nº 417,

CEP 05405-000, São Paulo, SP.

E-mail: info@crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | altotiete@crpsp.org.br

Assis | assis@crpsp.org.br

Baixada Santista e Vale do Ribeira | baixada@crpsp.org.br

Bauru | bauru@crpsp.org.br

Campinas | campinas@crpsp.org.br

Grande ABC | atendimentoabc@crpsp.org.br

Metropolitana | metropolitana@crpsp.org.br

Ribeirão Preto | ribeirao@crpsp.org.br

São José do Rio Preto | sjrpreto@crpsp.org.br

Sorocaba | sorocaba@crpsp.org.br

Vale do Paraíba e Litoral Norte | vale@crpsp.org.br

 www.crpsp.org.br

 [/crpsp](https://www.facebook.com/crpsp)

 [@crpsp](https://www.instagram.com/crpsp)

 [@crpsp](https://twitter.com/crpsp)

 [/company/crpsp](https://www.linkedin.com/company/crpsp)

 [/crpspvideos](https://www.youtube.com/crpspvideos)

C755j Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Jornal Psi | CRP SP 50 anos: É conhecendo que a
gente se entende. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. -
São Paulo: CRP SP, 2024.
64 p.; il. 21,5x29cm.

ISBN: 978-65-87764-28-3

1. Psicologia- Memória. 2. Conselho Regional de Psicologia
do Estado de São Paulo. 3. História da Psicologia I. Título.

CDD 150

Ficha catalográfica elaborada por
Marcos Antonio de Toledo - CRB8/8396

Por mais equidade e diversidade nos próximos 50 anos!

Mais do que fiscalizar, atuar em defesa de uma Psicologia ética. Mais do que orientar, dialogar sobre o compromisso na garantia dos Direitos Humanos. Mais do que regular, dar condições de uma prática psicológica digna e de qualidade para a sociedade.

“É conhecendo que a gente se entende.” Assim convidamos a categoria para este momento de reflexão e celebração. Afinal, foram muitos os avanços e transformações na ciência e no exercício profissional ao longo dos **50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP)**, assim como muitas histórias.

Ao passar por cinco sedes diferentes, mais de 350 conselheiras e conselheiros, organizados em 17 plenários, buscaram constituir uma *Palavra aberta* (1983-1985 e 1986-1989), manter a *Psicologia em movimento* (1989-1992), fomentar a *Psicologia e Cidadania* (1992-1995), concretizar a *Psicologia em ação* (1995-1998), *Cuidar da profissão* (1998 a 2019), ser *Diversa* (2019-2022) e estabelecer uma *Frente em Defesa da Psicologia* (2022-2025).

Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), conselheira presidenta da atual gestão, lembra do protagonismo crescente da Psicologia paulista, presente em diferentes aplicações e contextos, e destaca a importância das trabalhadoras e trabalhadores nessa trajetória repleta de desafios e mudanças.

“É quem sustenta nosso projeto ético-político. São pessoas que tornam possível a concretização do planejamento estratégico. Por meio de atividades técnicas, administrativas e financeiras, permitem que as mais de 160 mil psicólogas e psicólogos com registro ativo no estado tenham direito ao trabalho regular.”

Rose Mary, Sandra e Pepe são alguns dos nomes que fazem parte desse meio século de realizações. Seja como telefonista ou gerente-geral, na capital paulista ou nas onze subsedes, cada pessoa contribuiu de forma única no fazer desta autarquia.

Para conhecer as memórias e as experiências daquelas e daqueles que têm um papel fundamental na construção da Psicologia brasileira, conversamos com o primeiro psicólogo a ter registro no país, Arriço Leonardo Angelini, para um breve perfil que se tornou uma singela homenagem póstuma pelo seu falecimento dias antes de lançarmos esta publicação.

Também entrevistamos conselheiras e conselheiros que integraram as diretorias dos plenários, em diferentes décadas, para contar os episódios marcantes e as medidas decisivas para uma construção do exercício psicológico pautado no afeto, no compromisso social e na defesa incondicional dos Direitos Humanos.

Agradecemos a todas as pessoas que participaram desta publicação histórica, elaborada para preservar e enaltecer as ações do Conselho até hoje. Também é uma forma de entregarmos mais um registro de prestação de serviços, além de ser um conteúdo de referência, consulta e aproximação com a categoria.

A efeméride dos 50 anos do CRP SP é uma data única, que representa a consolidação e o reconhecimento do papel da Psicologia paulista como profissão-ciência atuante e socialmente responsável no respeito à diversidade humana e na garantia de direitos em saúde mental.



10

Plenários
**Quem são os 17 Plenários
do CRP SP**

16

Caminhos do CRP SP
**A trajetória da autarquia
nesses 50 anos**

21

Futuro da profissão
**Os rumos dos próximos
50 anos**

24

Memória
**Arrigo Angelini
e Renata dos Santos**

26

1974 a 1988
**Da redemocratização
à despatologização**

30

Luta Antimanicomial
**A Luta Antimanicomial
em quatro atos**

36

1988 a 1994
Democracia em prática

42

1994 a 2004
**Avanços em direção
ao compromisso social**

48

2004 a 2014
**Em defesa das Políticas Públicas
e pela garantia de direitos**

54

2014 a 2024
**Garantir conquistas
e evitar retrocessos**

60

Ensino e Formação
**Como se forma uma
pessoa psicóloga?**





Quem são os 17 Plenários do CRP SP

I Plenário

Gestão 1974–1976

Fatos: primeira sede na Avenida Ipiranga, 395. Eleição e posse da primeira diretoria. Mudança para nova sede, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 4187. A rotina consistia em reuniões plenárias semanais para analisar processos de inscrição profissional.

Membras/os: Antonio Carelli, Antonio Waldir Biscaro, Carlos del Nero, Dante Moreira Leite, Geraldina Porto Witter, Heriberto Beculfine, Joel A. Gosling, José Glauco Bardella, Lúcia Carvalhães Bonilha Keller, Lygia Sá Fortes Neddermeyer, Maria do Rosário Brant Itapura de Miranda, Marília Albino de Amorim, Romeu de Moraes Almeida, Samuel Pfromm Netto, Sérgio Vilela Monteiro, Suzy Vijande Cambraia, Therezinha Moreira Leite, Waldecy Alberto Miranda.

II Plenário

Gestão 1977–1979

Fatos: crescimento no número de pessoas inscritas. Aquisição de sede própria na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1084. Criação das delegacias (subsedes) em Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos, e também em Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT). Criação das comissões de Ética e de Fiscalização.

Membras/os: Antonio Carelli, Carlos del Nero, Elvira da Conceição Abreu e Mello Wagner, Eugenia Coelho Paredes, Heriberto Belcufine, Ilda Aparecida Caruso Silva, Luiz Antonio Guimarães Cancellato, Maria Ignez Longhin de Siqueira, Maria José Beraldi Andersen, Myriam Augusto da Silva Vilarinho, Rachel Léa Rosenberg, Reinier Johannes Antonius Rozestraten, Samuel Pfromm Netto, Saulo Monte Serrat, Sérgio Vilela Monteiro, Therezinha Moreira Leite, Walter Trinca.

III Plenário

Gestão 1980–1982

Fatos: novas comissões (como Saúde e Ensino) e grupos de trabalho. Excesso de atividades, com a maior concentração de profissionais de Psicologia do país. Mudança no número de conselheiros, de nove para 15 efetivos (e outros 15 suplentes).

Membras/os: Abelardo de Almeida, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, José Roberto Tozoni Reis, Lazslo Antonio Ávila, Luis Otávio de Seixas Queiroz, Luiz Celso Manço, Maria Aparecida Couto Cunha, Maria Clotilde Barros Magaldi, Moisés Campos de Aguiar Netto, Myriam Silveira Vianna, Osmyr Faria Gabbi Junior, Sérgio Antonio da Silva Leite, Sigmar Malvezzi, Tatiana Wernikoff, Vera Lúcia Colucci, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri.

IV Plenário | Palavra Aberta

Gestão 1983–1985

Fatos: reformulação da Comissão de Orientação e Fiscalização. CRP SP em importantes articulações, desde a defesa de uma nova política de Saúde Mental, após crise no Complexo Hospitalar do Juquery, passando por questões do exame psicotécnico junto ao Detran, até as manifestações das Diretas Já. Inauguração das delegacias (subsedes) do Grande ABC e de São José do Rio Preto.

Membras/os: Álvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denilrea Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto, Heloísa Szmanski Ribeiro Gomes, Jane Persinoti, José Paulo Correia Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Teixeira do Amaral Carneiro, Nanci Bühner Letaif, Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos, Selma de Souza Bastos, Silvio Leite da Silva, Sueli Duarte Pacífico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri.

V Plenário | Palavra Aberta II

Gestão 1986–1989

Fatos: nova sede, na Rua Borges Lagoa, 74. Realização do I Conpsic (Congresso de Psicologia). Conselho se reorganiza administrativamente, com redução das comissões para: Ética, Orientação e Fiscalização, Diretoria, Divulgação e Contato, Educação e Ensino de 2º grau e Delegacias.

Membras/os: Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Antonio Waldir Biscaro, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Brônia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Cenise Monte Vicente, Dayse Cesar Franco Bernardi, Frida Zolty, José Paulo Correia de Menezes, Maralúcia Arenque Ambrósio, Margareth Martha Arilha Silva, Maria Benedita Lima Pardo, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Maria Rosejane Pereira Oliveira, Marina Massi, Marlene Guirado, Nanci Bühner Letaif, Oscar Armani Filho, Regina Célia Canel, Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, Rosa Maria Lopes Affonso, Rosely Fátima Sayão, Silvio Leite da Silva, Sonia Regina Jubelini, Sueli Duarte Pacífico, Yara Sayão.

VI Plenário | Psicologia em Movimento

Gestão 1989–1992

Fatos: criação da Comissão de Menoridade. CRP SP colabora com discussões durante o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e no movimento pela Luta Antimanicomial. Organização do II Conpsic. Mudança na identidade visual do CRP SP.

Membras/os: Ademir Ramos da Silva Filho, Aicil Franco, Ana Lúcia Jackson, Ana Maria Blanques, Antonio Cesar Frasseto, Valter Apolinário Filho, Arialdo Germano Júnior, Beatriz de Paula Souza, Benedita Antonia Watanabe, Brônia Liebesny, Carolina do Rocio Klomfahs, Denise A. Bandeira de Melo, Fausto Afonso Duarte, Frida Zolty, Graça Maria Totaro, Irma Macário, João Carlos Bertoni, José Alfredo Donizeti Leal, José Zula de Oliveira, Kathia Nemeth Perez, Luiz Celso Manço, Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Bueno Zola, Maurício Lourenção Garcia, Mauro Hollo, Regina Heloisa Maciel, Sara Raquel da Silva, Selma Regina Paschini, Solange Bertolotto, Vera Regina Rodrigues.

VII Plenário | Psicologia e Cidadania

Gestão 1992-1995

Fatos: mudança na nomenclatura de “delegacias” para “subsedes”. Recadastramento das psicólogas e dos psicólogos na sede e nas subsedes. CRP SP em defesa do projeto de lei do deputado Paulo Delgado por uma “sociedade sem manicômios.”

Membras/os: Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Cássia Regina Rodrigues, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cláudia Maria Sodrê Vieira, Cristina Amélia Luzio, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Geraldo Rodrigues Loureiro Júnior, José Roberto Tozoni Reis, Júlio Roberto Groppa Aquino, Leile Fernandes Silvério, Leyla Argia Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Teresinha Arrivabene Sanches Spínola, Maria de Lourdes Kato, Maria Elisa Pacheco, Maria Salete Abrão Nunes da Silva, Maria Silvia de Mesquita Borghese, Marília Gonçalves, Milton Luís Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, Odair Sass, Othon Vieira Neto, Sérgio Ozella, Vera Lúcia Martins do Vale, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho.

VIII Plenário | Psicologia em Ação

Gestão 1995-1998

Fatos: criação do CRP-14 (MT e MS). CRP SP passa a responder exclusivamente pelo território do estado de São Paulo. Definições de critérios para compra de imóveis das subsedes.

Membras/os: Ana Maria A. Mello, Ana Maria Rodrigues de Carvalho, Anita Cecília Lofrano, Armando de Freitas Pinho, Augusto Sérgio Calille, Cássia Regina Rodrigues, Cássio Rogério D. Lemos Figueiredo, Cláudia Maria Sodrê Vieira, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Dayse Cesar Franco Bernardi, Erane Paladino, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Glória E.B. Pires Von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Alberto Simões Correia, José Roberto Tozoni Reis, Leny Sato, Luis Humberto Sivieri, Marcos Aurélio Colen Leite, Maria Costantini, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Nelson D'Angelo Ribeiro, Nilma Renildes da Silva, Othon Vieira Neto, Roberto Moraes Salazar, Rosalice Lopes, Sérgio Luis Braghini, Sidnei Celso Corocine, Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

IX Plenário | Um Conselho para Cuidar da Profissão em São Paulo

Gestão 1998-2001

Fatos: transferência da sede para a rua Arruda Alvim, 89. Criação do Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Nova identidade visual do CRP SP. Realização da I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, com o tema “compromisso social”.

Membras/os: Adalberto Botarelli, Alexandre Nicolau Luccas, Ana Stella Álvares Cruz, André Isnard Leonardi, Brônia Liebesny, Carla Bertuol, Carmem Sílvia R. Taverna, Ednilton Santa Rosa, Inêz Guimarães Pistelli, José Siqueira de Britto Lyra, Kátia Rubio, Leliane Gliosce Moreira, Lumêna Almeida de Castro Furtado, Márcia Cabral Meirelles, Maria Elisa Marchini Sayeg, Maria Regina Namura, Mariangela Aoki, Milton Baldon, Odair Furtado, Odette de Godoy Pinheiro, Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci Alvim, Rafaela Cocchiola, Rogério Izidro Duran, Sandra Maria Sawaya, Sérgio Ozella, Valéria Pereira, Vânia Conselheiro Sequeira, Wanda Maria Junqueira Neves.

X Plenário | Tô aqui em São Paulo para Cuidar da Profissão

Gestão 2001-2004

Fatos: ciclo de debates sobre “Justiça e Saúde Mental: Fronteiras Conceituais e Práticas”. CRP SP recebe o Fórum Aberto para a construção de uma nova proposta de Diretrizes Curriculares para a Psicologia. Posicionamento contra o ato médico (PL 25/02). Consolidação da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Membras/os: Adalberto Botarelli, Ana Gabriela Pedosa Andriani, Ana Mercês Bahia Bock, Ana Paula Pereira Jardim, André Isnard Leonardi, Carla Bertuol, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Ednilton José Santa Rosa, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Élcio dos Santos Sequeira, Eliana Aparecida Moura Silveira, Elisa Zaneratto Rosa, Emília Estivalet, Fátima Regina Riani Costa Taino, Inêz Guimarães Pistelli, João Bosco Alves de Sousa, Jorge Broide, Kátia Rubio, Leliane Maria Aparecida Glosce Moreira, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria José Medina da Rocha Berto, Mariângela Aoki, Marilda Castelar, Rachel Contrucci Alvim, Rafaela Aparecida Cocchiola, Rogério Izidro Duran, Sérgio Antonio da Silva Leite, Vânia Conselheiro Sequeira, Wanda Maria Junqueira de Aguiar.

XI Plenário | Cuidar da Profissão em São Paulo

Gestão 2004-2007

Fatos: CRP SP participa do Banco Social com os projetos “De Volta para Casa”, após o fechamento de manicômios, e também de “Apoio Psicológico a Pessoas em Situação de Desemprego”. Criação do Grupo de Trabalho “GLBTTT contra a Homofobia”.

Membras/os: Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Pereira Jardim, Andréa Torres, Andréia de Conto Garbin, Carmem Silva Rotondano Taverna, Chica Hatakeyama Guimarães, Daniela Fogagnoli, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Élcio dos Santos Sequeira, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa Taino, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Lumena Celi Teixeira, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Oliver Zancul Prado, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Vera Sonia Mincoff Menegon, Zuleika Fátima Vitoriano Oliven.

XII Plenário | Cuidar da Profissão: Compromisso Social e Participação

Gestão 2007-2010

Fatos: inauguração de unidade administrativa na capital paulista, na Rua Oscar Freire, 1800. Com a expansão das instalações, foi possível criar o Centro de Documentação (Cedoc) do CRP SP. Divulgação de nota técnica sobre prática nas instituições escolares e educacionais.

Membras/os: Adriana Eiko Matsumoto, Andréia De Conto Garbin, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carla Biancha Angelucci, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Fábio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, José Roberto Heloani, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Lúcia Fonseca de Toledo, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria de Lima Salum e Moraes, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Oliver Zancul Prado, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Silvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo, Vera Lúcia Fasanella Pompílio.

XIII Plenário | Cuidar da Profissão

Gestão 2010–2013

Fatos: mudança na gestão das ações: de Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho para Projetos Integradores. Foram mantidas as comissões regimentais. Produção de minuta técnica sobre o exercício profissional e condições/relações de trabalho. Ampliação do processo de regionalização, com a entrega de carteira de identidade profissional (CIP) nas subsedes e em outras cidades dos territórios.

Membras/os: Alacir Villa Valle Cruces, Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, Fábio Souza dos Santos,* Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Ricardo Portela, Leandro Gabarra, Lilihan Martins da Silva, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Makilin Nunes Baptista,* Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, Mariângela Aoki, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, Teresa Cristina Lara de Moraes, Teresa Cristina Endo.*

*afastamento.

XIV Plenário | Cuidar da Profissão

Gestão 2013–2016

Fatos: criação dos Núcleos Temáticos e Grupos de Trabalho. Parceria com Instituto AMMA Psique e Negritude para tratar do racismo institucional. Lançamento do Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos.

Membras/os: Adriana Eiko Matsumoto, Alacir Villa Valle Cruces, Ana Maria Falcão Aragão,* Ana Paula Porto Noronha,* Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, José Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui.

*afastamento.

XV Plenário | Cuidar da Profissão

Gestão 2016–2019

Fatos: inauguração da Subseção Alto Tietê. Criação da Câmara de Mediação (CAM/COE). Lançamento do Repositório Digital Fúlvia Rosenberg. Construção de novo site. Primeira edição do Prêmio Jonathas Salatiel de Psicologia e Relações Raciais.

Membras/os: Andrea Mataresi,* Aristeu Bertelli da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Camila Teodoro Godinho,* Clarice Pimentel Paulon, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Evelyn Sayeg, Fábio Silvestre da Silva,* Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Luciana Stoppa dos Santos, Magna Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva,** Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Fernando Presotto, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima.

*afastamento. **renúncia.

XVI Plenário | Diversa

Gestão 2019-2022

Fatos: lançamento do Manual de Linguagem. Criação do “CRP Acolhe”, alternativa *on-line* às cerimônias de entrega das carteiras de identidade profissional (CIP). Realização da I e II Mostras Virtuais de Práticas da Psicologia. Participação nos “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”.

Membras/os: Ana Paula Hachich de Souza, Annie Louise Saboya Prado, Beatriz Borges Brambilla, Clarissa Moreira Pereira, Edgar Rodrigues, Eduardo de Menezes Pedroso, Emanoela Priscila Toledo Arruda, Ione Aparecida Xavier, Ivani Francisco de Oliveira, Jéssica Tomaz da Costa Silva,* Julia Pereira Bueno, Jumara Silvia Van De Velde, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Luciane de Almeida Jabur, Maria da Glória Calado, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, Mariana Leite Hernandez,* Mônica Cintrão França Ribeiro, Mônica Marques dos Santos, Murilo Centrone Ferreira, Raizel Rechtman, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Sulamita Jesus de Assunção, Talita Fabiano de Carvalho, Tatiane Rosa da Silva.

*renúncia.

XVII Plenário | Frente em Defesa da Psicologia

Gestão 2022-2025

Fatos: revisão e novas estratégias na administração do orçamento. Atualização de normativas e resoluções e reformulação do Regimento Interno do CRP SP. Apresentação de proposta para elaborar resolução sobre atuação profissional no atendimento das pessoas intersexo e assexuais. Implementação da jornada de 30 horas para todas as pessoas trabalhadoras do CRP SP, resultado de luta coletiva, construída desde gestões passadas.

Membras/os: Ana Tereza da Silva Marques, Annie Louise Saboya Prado,* Camila Andrade de Oliveira, Camila Prandini Prandini,** Carlos Eduardo Mendes, Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro,* Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Dreyf de Assis Gonçalves, Eduardo de Menezes Pedroso, Fabiana Macena Luiz,* Gabriela Alvim de Oliveira Freitas, Giseli de Fátima Assoni, Ione Aparecida Xavier, Ivani Teixeira Mendes,* Janaina Darli Duarte Simão, Leonardo Maggi Gambatto, Lilian Suzuki,* Luciane de Almeida Jabur,** Magna Barboza Damasceno, Maria da Glória Calado, Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo, Marta Eliane de Lima, Mayara Aparecida Bonora Freire, Mônica Cintrão França Ribeiro, Murilo Centrone Ferreira,* Sonia Maria Motinho da Silva,* Talita Fabiano de Carvalho, Tayná Alencar Berti de Souza,* Valeria Campinas Braunstein,* Wilson Flávio Lourenço Nogueira.

*renúncia. **vacância.

Caminhos do CRP SP

A trajetória da autarquia por quem esteve presente nesses 50 anos

Conselho

Responsável por acompanhar a qualidade técnica e ética do exercício profissional, garantir o direito ao trabalho e construir Políticas Públicas para psicólogas e psicólogos atuarem.

Regional

Em São Paulo, 30 conselheiras e conselheiros de 11 subsedes compõem o XVII Plenário, responsável pela gestão 2022-2025, com 150 mil inscrições profissionais ativas.

Psicologia

As diretrizes e formas de trabalho são pautadas pelas deliberações do Congresso Nacional de Psicologia (CNP), realizado a cada três anos.

A história do Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (CRP-06) tem início oficial no dia 27 de agosto de 1974, numa sede improvisada na Avenida Ipiranga, nº 395, região central da capital paulista. Nessa data, houve a instalação do CRP-06, a primeira eleição e a posse da diretoria da gestão (1974-1977), com nove pessoas membras efetivas e nove suplentes.

O episódio aconteceu três anos após a aprovação da **Lei Federal nº 5.766**, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Desde então, houve um total de 17 gestões que concretizaram avanços e promoveram diversas mudanças até que se chegasse à atual configuração do CRP SP. Um exemplo de modificação que segue em curso no Conselho é a construção de uma abordagem mais dialógica e próxima da categoria, com outras possibilidades de contato que vão além das funções de disciplinar e fiscalizar.

A alteração da nomenclatura “delegacias” para “subsedes”, em 1993, faz parte desse movimento para se distanciar de um aspecto punitivo e judicializante. Foi uma escolha que teve como objetivo a descentralização, para garantir maior autonomia às subsedes e valorizar os projetos focados nos contextos específicos de cada região.

A intenção era alcançar uma prática mais democrática e participativa. Foi por esse motivo que a administração deixou de ser responsabilidade de uma delegada ou delegado e passou a ser de uma Comissão Gestora.



Na avaliação da conselheira presidenta da Comissão Especial de História e Memória da Psicologia (CHM), **Mônica Cintrão França Ribeiro** (CRP 06/20583),

essa transição é resultado da própria mediação entre profissão e sociedade, num trabalho contínuo de orientar, de acolher demandas e de estabelecer trocas que amparem a categoria na sua prática psicológica.

“Percebo ao longo das gestões que existe essa busca de acessar cada vez mais psicólogas e psicólogos e assim efetivar ações que funcionem no sentido preventivo. São tentativas de construir diálogos para melhorar o exercício profissional, de modo a evitar infrações éticas e até alcançar soluções mais equilibradas”, revela.



A memória de quem fez história

Ao longo dos seus 50 anos, o CRP SP respondeu de forma crítica e responsável às demandas de cada período histórico. A partir de uma perspectiva de orientação, ao propor e estimular reflexões sobre o que produz sofrimento nas pessoas, a autarquia contribuiu para inúmeros avanços na prática psicológica, mesmo com o grande desafio de acompanhar uma sociedade em constante transformação.

Por meio de normas, informes e atividades orientativas, as atribuições se efetivaram a partir do diálogo sobre os limites e interseções dos direitos individuais e coletivos na promoção de saúde. Na avaliação da psicóloga **Marlene Guirado** (CRP 06/2604), presidenta do V Plenário (1986–1989), a gestão conseguiu fomentar o caráter político das ações justamente pela abertura para a participação “tanto da população quanto de outras instituições”.



Acompanhando o processo de redemocratização do país, a abordagem democrática se baseava em mobilizar a discussão sobre o serviço de Psicologia que era oferecido naquele momento. Consistia em receber queixas e reivindicações, analisar e discutir com as pessoas profissionais o que pensavam sobre o trabalho e como praticavam a profissão.

“Criamos comissões, organizamos encontros com representantes de diversas orientações para abrir o debate público, sem deixar de lado a posição

do Conselho. Se partíamos de pontos muito dissonantes, essa harmonia se construía com mais trabalho. Era uma proposta de Psicologia cuja especificidade se assentava na diversidade, na interface de áreas do conhecimento; não em individualidades, mas em singularidades.”

Em 1989, um grupo amplo começou a ganhar relevância nas discussões sobre o papel e a atuação do CRP SP. Um dos seus integrantes era **Odair Furtado** (CRP 06/25594), que foi vice-presidente na gestão do IX Plenário (1998–2001). O psicólogo lembra da pergunta que a presidenta Marlene fez na época: “você querem ser vocês?”



Ana Mercês Bahia Bock (CRP 06/2771), que era presidenta do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SinPsi), Odette de Godoy Pinheiro (CRP 06/2155), Lumena Almeida Castro Furtado (CRP 06/28361) e Maria da Graça Marchina Gonçalves (CRP 06/3983) também faziam parte desse grupo. A sociedade estava mobilizada, embalada pela recém-promulgada Constituição Brasileira, o que também influenciava psicólogas e psicólogos.

“A gente queria repensar o Conselho, e alcançar um formato de instituição que fosse ativa, atuante e progressista. Mas junto com o pessoal do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, começava-se pensar na história de uma Constituinte. Foi um embate político intenso, tinha gente que até achava que o Sistema Conselhos deveria acabar. Foi um ano e meio de grande mobilização, e a cada mês tinha uma novidade.”

Odair também recorda que um discurso da vertente progressista do CFP defendia a ocupação e a transformação do Sistema Conselhos a partir daquele movimento nacional. De maneira convincente, teve fim a ideia de “fim dos conselhos” e o questionamento passou a ser: “que Conselho nós queremos?”

“Os CRs estavam fervilhando. [O Congresso Unificado] foi um encontro histórico. Porque ali se formulou a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) e todo o arcabouço para a constituição das chapas e para a realização das eleições diretas. Foram criadas condições para um sistema aberto e voltado para a sociedade, e o mais avançado entre os conselhos profissionais do período nessa construção da democratização.”



Congresso Unificado da Psicologia, realizado em setembro de 1989, um marco nas relações entre entidades da Psicologia e na reestruturação democrática dos conselhos.



Esse movimento de construir um Conselho que não tivesse um modelo formal, rígido e fechado se consolidou ao longo da década de 1990. Apesar de manter a institucionalidade diante das atribuições legais, as ações no período buscaram efetivar a construção de um espaço de trocas, de diálogo, de orientação e de acolhimento para a categoria.

A psicóloga **Marlene Bueno Zola** (CRP 06/4262), vice-presidenta durante o VI Plenário (1989–1992), reitera esse papel participativo e de mobilização do Conselho na sociedade, que também demanda posicionamentos e a elaboração de diretrizes em relação a diferentes temáticas que atravessam o exercício profissional.

“O que é ético e correto no sentido mais amplo de pensar a que serve a profissão? Ser uma prática que atenda realmente o que uma coletividade espera ou precisa. São princípios que se mantêm na atuação do CRP SP, ao orientar e provocar a reflexão sobre o serviço no bem-estar oferecido para a coletividade.”

O aspecto de incentivar o engajamento da categoria em relação ao compromisso social da profissão também é destacado por **Maria da Graça Marchina Gonçalves** (CRP 06/3983), que integrou a diretoria do Conselho nas gestões do X e do XI Plenários, entre os anos de 2001 e 2007.





“Isso é responsabilidade da gestão: dialogar o tempo inteiro com a categoria e procurar mecanismos para fazer isso. Já tínhamos instituído o **Congresso Nacional da Psicologia (CNP)**, pensado desde a base até uma organização nacional, com o objetivo de traçar projetos para as autoridades e para os conselhos. Mas também pensávamos em outras formas de aproximar psicólogas e psicólogos no próprio fazer funcionar do Conselho”, detalha.

Congresso Nacional da Psicologia (CNP)

Realizado pela primeira vez em 1994, o encontro não ocorreu como um congresso, mas como um processo constituinte. Resultado de um amplo processo democrático – conforme descreveu Odair Furtado –, o CNP acontece a cada três anos, começando por eventos regionais e culminando num encontro nacional, que ocorre em Brasília. É a instância máxima para definir as diretrizes de atuação do Sistema Conselhos para o triênio subsequente, ou seja, para a próxima gestão.

Além de ser a instituição responsável por garantir o exercício profissional, Maria da Graça considera que o CRP SP avança junto com a consolidação da própria democracia na luta por igualdade e no compromisso com as questões sociais.

“Todas as pautas sociais começam a fazer sentido para quem está na prática profissional, seja na saúde, seja no trabalho com criança e adolescente, seja na assistência social, de modo a ampliar as possibilidades dessa atuação. A Psicologia tem elementos para produzir relações diferenciadas, em formas de sociabilidade respeitadas e solidárias”, sintetiza.

Além de cumprir suas funções previstas em lei, a psicóloga acredita que a tendência de atuação do CRP SP seja continuar abrindo espaços para participações diversas, incorporando novas ideias, de modo a contribuir para modificar a profissão e seu lugar na sociedade. Quanto mais ampla e diversificada for a Psicologia, maior a necessidade de analisar criticamente as implicações da prática profissional.

“Estejam onde estiverem, as psicólogas e os psicólogos vão se deparar com uma realidade social complexa, multifacetada, repleta de conflitos e contradições que se manifestam por meio de desigualdades e processos históricos de exclusão”, afirma **Marilene Proença Rebello de Souza** (CRP 06/6133), presidenta do XII Plenário (2007-2010).

A ocupante da cadeira número dois da **Academia Paulista de Psicologia** acredita que, ao se pensar a profissão, é indispensável analisar também o conhecimento que cada um tem para exercê-la diante das demandas e do sofrimento social.

“O Conselho tem um papel de vanguarda nesse sentido, com os temas e iniciativas que apresenta. Ao questionar a prática e como respondemos a essas pautas, exerce um posicionamento crítico de ruptura, que impulsiona outras dimensões da formação em Psicologia”, conclui Marilene.



“A **Academia Paulista de Psicologia** foi fundada em 1979, com a proposta de ser um espaço para congregar psicólogas e psicólogos, pesquisadores e pessoas de destaque no campo da Psicologia dentro do estado de São Paulo. É formada por 40 cadeiras, cada uma referente a um nome bastante reconhecido no campo. A ideia é preservar a memória da Psicologia paulista (e nacional) ao incentivar e divulgar o conhecimento e a própria ciência para as novas gerações”, explica Marilene Proença Rebello de Souza.



Em 1976, o Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, em parceria com a International Union of Scientific Psychology, Análisis, realizou o I Congresso sobre Aspectos Brasileiros da Psicologia, organizado em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia.



ao final de cada exercício, deviam receber compulsoriamente ao Ministério do Trabalho 70% do saldo de caixa disponível. Um episódio é ilustrativo das condições de trabalho:



Conselho CRP/06, 17 de Maio, 1965.



BOLETIM DO CRP-06

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL



JANEIRO/JUNHO 1976
ANO 1

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

SÃO PAULO/MATO GROSSO

1

de Ética Profissional, em 10/11/1979.



PARTICIPAÇÃO

ações e

na correção
na no com-
tados e em
...
passivo é a
o psicólogo

as esbarra-
na época da
ndo a autono-
e, entre eles, o de
que os conselhos,

Um episódio é ilustrativo das condições de trabalho:

do Trabalho
o pedido de
especial da
a sociedade
aos cons-
curados
tuição de
Mostra
que a re-
a nega-
bilidade de
...
uma
enunci-

Os rumos dos próximos 50 anos

Como as mudanças sociais e econômicas devem impactar no exercício psicológico



“Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais.” A frase que abre a apresentação do atual Código de Ética da Psicologia evidencia como as relações entre as pessoas são a base para diferentes dinâmicas estabelecidas na sociedade.

São formatos que se constituem a partir de anseios, condições e necessidades, e acompanham valores e costumes que estão em constante processo de transformação. Mas, se a mudança é inevitável, o que esperar diante da atual conjuntura de atualização constante? Como lidar com inteligência artificial, dispositivos de realidade virtual e experiências imersivas? A profissão está preparada para a hiperconectividade e o excesso de informações e de interações no ambiente digital?

Ivelise Fortim (CRP 06/54234), coordenadora do Janus - Laboratório de Estudos de Psicologia e Tecnologias da Informação e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), destaca as diferenças de perspectiva em relação às novas demandas que têm surgido. Enquanto muitas discussões sobre vazamento de informações na internet giram em torno de consentimento e medidas de proteção, jovens questionam o próprio conceito de privacidade.

A docente reconhece a dificuldade em tratar de contextos tão diversos e complexos, pois vivenciamos cotidianamente os desdobramentos que envolvem a inserção de vários dispositivos tecnológicos como mediadores nas relações humanas. Além de modificar uma série de costumes e comportamentos, as consequências variam desde a exposição a novos riscos até a facilidade de acesso a recursos e serviços.

“Durante a pandemia, atendemos pessoas que estavam no meio do canavial. Por mais que haja o problema da coleta de dados sem a garantia da segurança da informação, o atendimento psicológico chegou para quem precisava, no meio de uma emergência de saúde pública mundial. Mesmo hoje há quem prefira fazer o **atendimento pelos canais on-line**, como algumas pessoas trans, que se sentem mais seguras por não terem que se expor ao sair na rua.”

Resolução CFP nº 11/18: regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação (revogada pela Resolução CFP nº 09/24).

Cuidados no atendimento *on-line*

A questão do sigilo no atendimento *on-line* é extremamente complexa. Não basta somente abrir uma videoconferência: existem muitas implicações que demandam cautela. De que maneira as informações (em texto, áudio ou vídeo) são armazenadas? Durante quanto tempo? Os equipamentos utilizados possuem recursos de proteção de dados? Estão de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?

Todos esses questionamentos são essenciais diante dessa nova modalidade de interação que alterou o formato de se relacionar entre psicólogas, psicólogos e as pessoas atendidas. Em alguns modelos terapêuticos, é possível se valer dos canais digitais para realizar os atendimentos; em outros, a presença ainda é necessária. Cabe estudar qual melhor formato para ambas as partes, já que agora existe outra dimensão a ser analisada.

Fonte: Ivelise Fortim, coordenadora do Janus da PUC-SP, e Marcelo Fernandes da Costa, professor do departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (USP).

Inteligência ou atendimento artificial?

A segurança, o conforto e até a ideia de não haver julgamentos são alguns dos motivos apontados por pessoas que recorrem aos aplicativos de saúde mental. Programados para fornecer respostas por meio da inteligência artificial, os *chatbots* também podem ser adaptados de acordo com as preferências das pessoas usuárias.

Marcelo Fernandes da Costa, professor do departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (USP), considera que existe uma resistência muito grande em buscar profissionais de Psicologia quando existem problemas emocionais – um comportamento ainda comum em nossa sociedade.

A procura por essas alternativas é um primeiro passo para entender que é necessário um atendimento qualificado. “Tem gente que fica angustiada durante anos sem pedir ajuda. Como é um público que tende a se isolar, a princípio essas ferramentas podem parecer uma solução. Mas é fundamental dizer que a tecnologia não suprime o ser humano”, enfatiza.

⚠ Alerta gatilho ⚠

O docente revela que fez um teste com um *chatbot* questionando se, diante do cansaço que sentia, suicídio poderia ser uma saída. A resposta que obteve foi baseada em informações de taxas de morte semelhantes, e em nenhum momento houve a orientação de ligar para um Centro de Valorização da Vida, ou buscar os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), portas de entrada para o atendimento na área de saúde mental na cidade de São Paulo.

“O modo de lidar com essas tecnologias depende de dezenas de fatores, que obviamente não são informados pela ferramenta. Mesmo que venham a ser clinicamente utilizadas, é necessário que haja o acompanhamento profissional para saber se são opções válidas ou não – assim como qualquer tratamento”, ressalta Marcelo.

Do lado das psicólogas e psicólogos que lidam com dimensões muito diversas nos atendimentos, e com a dificuldade de extrair informações críticas de realidades tão complexas, as ferramentas de aprendizado de máquina já têm sido aplicadas em experiências para produzir diagnósticos mais assertivos.

Independente de quem as utiliza, é preciso que essas tecnologias sejam entendidas, estudadas, avaliadas e cientificamente validadas. Ainda existem questões muito delicadas e perigosas, como a reprodução de vieses de discriminação e exclusão, que reforçam opressões e violências raciais, sociais e de gênero. É uma configuração que depende da qualidade dos dados e dos parâmetros codificados nos algoritmos de treinamento.



Novos caminhos da Psicologia

Estivemos na Semana de Psicologia da Universidade de São Paulo para saber as perspectivas em relação à prática e ao futuro da profissão.



“Nós precisamos aprimorar nossas formas democráticas. Na prática, inclui manter o vínculo estabelecido com as Políticas Públicas, onde a Psicologia conseguiu um enorme reconhecimento social. Também penso em mais diversidade, porque, conforme a sociedade muda e surgem outras demandas, como o uso da inteligência artificial ou a manipulação de subjetividades pela mídia, temos que inventar novas Psicologias.”

Ana Mercês Bahia Bock (CRP 06/2771), professora titular da PUC-SP, que apresentou um histórico da Psicologia no Brasil durante o evento.



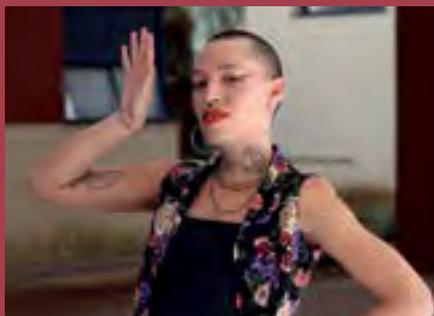
“Acho que a Psicologia está em vários lugares diferentes, e tenho descoberto qual é o meu. Gosto muito de Políticas Públicas, mas é um conteúdo de que senti falta na formação. Consegui entrar em contato com a temática por meio do estágio e de docentes que trabalham na área. Então fui traçando o meu caminho, e penso que minha trajetória me leva para essa construção de mudanças, principalmente nas relações da sociedade. Meus pais só fizeram o ensino médio. Eu ensinei minha tia-avó a escrever. Carrego um passado que me faz questionar as outras histórias, e a tentar transformar um pouco essa realidade onde estou.”

Camila Santana de Oliveira, estudante do oitavo período da USP.



“Apesar de ser formada em administração há mais de vinte anos, Psicologia sempre foi minha primeira opção de graduação. Mas como a formação era muito centralizada, não tinha o mercado de trabalho que existe hoje. Acabei deixando de lado. E na condição de PcD, era ainda mais complicado encontrar oportunidades. Acho que o curso tem sido maravilhoso, e surpreendeu bastante minhas expectativas. A turma é bastante diversa, com várias interações e trocas produtivas. Como sempre trabalhei com jovens, devo seguir nessa mesma linha: atuar no atendimento para a depressão, prevenção de suicídio, dentro da Psicologia clínica ou escolar.”

Margarete Grande, estudante do quinto período da Universidade Paulista (Unip).



“Minha formação foi cheia de altos e baixos. Até pela Psicologia ter passado muito tempo na chave da patologização do corpo disfórico, quando a gente está pautando outro tipo de vivência, muito mais saudável com a nossa existência. Acho que a ideia de ter um coletivo trans, de pessoas dissidentes, como a “Transtornar”, fala desse lugar de pensar a identidade como bichas, sapatões, de quem foge da normalidade cisgênera. Penso a clínica como um lugar que atravessa a contação de histórias, e é uma potência gigante possibilitar outras narrativas, outras formas de existir, que não são escutadas e nem reproduzidas.”

Cadência Alves Casemiro, estudante do sétimo período da USP.



“Eu comecei a graduação com 49 anos e sinto que é uma grande realização. Sabe aquela história de que nunca é tarde? Desde sempre eu quis cursar Psicologia, só que não foi possível na época de iniciar os estudos universitários. Então, estou extremamente feliz. A turma é bastante diversa, com gente que acabou de sair do ensino médio até pessoas na terceira formação. Penso em atuar na área do luto, pois já sou voluntária numa ONG que faz esse trabalho, ou então com relacionamentos não monogâmicos e entre pessoas LGBTQIAPN+.”

Viviane Cintrão, estudante do quinto período da Faculdade Vanguarda, em São José dos Campos.

O número 1 na Psicologia do Brasil



Imagens: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

Um dia antes desta publicação ser enviada para a gráfica, recebemos a triste notícia do falecimento de **Arrigo Leonardo Angelini** (CRP 06/01). A história da primeira pessoa que obteve o registro profissional do Conselho Regional de Psicologia ganhou ainda mais relevância, bem como as palavras reunidas neste texto.

A entrevista com o psicólogo de 99 anos foi realizada em maio de 2024, na sala envidraçada do seu apartamento com vista para o Rio Pinheiros, na capital paulista. Arrigo nos recebeu gentilmente para dividir algumas memórias, como a de sua participação nas discussões que envolveram a tramitação da Lei nº 4.119/62, que resultou na regulamentação da profissão.

Confira a íntegra no canal: [youtube.com/crpsvideos](https://www.youtube.com/crpsvideos)

Nascido no dia 28 de setembro de 1924, na cidade de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, Arrigo já tinha meio século de vida quando obteve a inscrição oficial no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), registrada em 16 de dezembro de 1974.

Durante a conversa, uma de suas recordações mais significativas era sobre a atividade que marcou o início da sua atuação: “Eu gostava de fazer aferição de testes que eram utilizados na seleção de pessoal para trabalhar nas ferrovias do estado. Fazia a adaptação de testes americanos ou então a elaboração de novos modelos.”

Essa experiência aconteceu no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, onde trabalhou antes mesmo de terminar a graduação em Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Durante a formação,

chamou atenção da docente Noemy da Silveira Rudolfer – uma das pioneiras da Psicologia educacional – que tempos depois o convidou para ser seu assistente.

Em 1949, Arrigo fez uma especialização na mesma área e começou a lecionar na instituição, na qual permaneceu pelos 40 anos seguintes. Além de contribuir na formação de inúmeras psicólogas e psicólogos e ajudar na fundação do Instituto de Psicologia da USP, foi um dos expoentes do reconhecimento da profissão no país.

Não por acaso, foi escolhido o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no dia 20 de dezembro de 1973, quando também houve a primeira reunião plenária da autarquia. Além dele, a diretoria tinha a psicóloga **Virgínia Leoni Bicudo** como vice-presidenta.

“Desde o começo, me empenhei muito na criação da profissão. Antes havia uma resistência da área médica, que não desejava que a Psicologia pudesse ser uma formação dissociada da medicina, algo independente dentro do segmento de saúde. Isso atrasou a aprovação da regulamentação no Congresso”, recordou Arrigo.

Outra lembrança do docente sobre esse período eram as discussões para definir como chamar as trabalhadoras e trabalhadores da área. “As pessoas já aplicavam a Psicologia, mas ainda não tinha um nome.” Ele revela que as opções “psicologista” e “psicotécnica e psicotécnico” também chegaram a ser cogitadas.

Como um dos protagonistas no desenvolvimento da Psicologia no país, o pioneiro oficial na área deixou um conselho para quem é colega de profissão: “que se dediquem em especializações, a fim de se preparar da melhor maneira para um bom exercício profissional”, indicou.

A número 200 mil na Psicologia de SP



Pouco mais de 61 anos após a regulamentação da profissão de psicóloga e psicólogo no Brasil, **Renata Arruda dos Santos** (CRP 06/200.000) entrou para a história da Psicologia paulista com o marco de ter o registro 200 mil no estado. O dia oficial de sua inscrição no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) foi 18 de março de 2024, quando tinha 27 anos.

Assim como Arrigo, um dos pioneiros na área, ela também se especializou em Psicologia escolar e educacional. Mas os motivos para essa escolha foram bem diferentes.

⚠️ Alerta gatilho ⚠️

“Tive muitos traumas durante a minha infância, foi um período muito sofrido e dolorido. Então fiz o máximo para transformar essa dor em força, de modo a ser a minha base e motivação para ajudar outras pessoas. Para mim, a Psicologia transforma vidas”, revela.

Desde a adolescência, Renata tem planos de criar uma ONG para ajudar mulheres que sofreram abusos sexuais. Essa vontade sempre fez parte dos seus dias, assim como o anseio em se tornar psicóloga.

A graduação foi cursada na Anhanguera Educacional, situada em Taubaté, no interior de São Paulo. “O papel do psicólogo na educação sexual” foi o tema escolhido para o trabalho de conclusão, no qual tratou da necessidade premente da atuação profissional para “transformar a sala de aula em um ambiente propício à disseminação de conhecimento e informa-

ção, à salvaguarda de alunas e alunos vulneráveis e à desconstrução de normas sociais nocivas”.

A ideia agora é fazer uma releitura do conteúdo e publicar um artigo sobre esse tema tão fundamental de ser tratado nas escolas. A informação foi dada durante entrevista na Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte do CRP SP, onde Renata detalhou que ressignificou muitos conceitos após suas experiências ao longo da faculdade e também no desenvolver da profissão.

“Antes de me formar, eu achava que não ia querer atender homens de jeito nenhum. Era uma situação que nem imaginava ser possível. Mas tive práticas com alguns clientes que me surpreenderam e foram bem enriquecedoras, principalmente por serem fora do meu foco.”

Outro entendimento marcante para ela é que a Psicologia infelizmente ainda é muito elitista, e por isso é necessário haver Políticas Públicas para garantir que alcance todas as pessoas e que seja efetivamente inclusiva, de modo a trazer mudanças significativas para a sociedade.

Sobre ser um marco, Renata confidenciou estar bastante feliz e honrada, “uma sensação de estar no caminho certo do que acredito”. Assim como Arrigo, ela aconselha às colegas e aos colegas de profissão sempre buscar novos conhecimentos e confiar em si mesmo e nas pessoas atendidas, pois os processos funcionam para quem tem preparo e compromisso ético com a Psicologia.



A paulistana Virgínia Leone Bicudo foi a primeira estudiosa a redigir uma tese sobre relações raciais e o racismo no Brasil. Mulher negra, educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, professora universitária e divulgadora científica, foi a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista no país. Em 2021, o CFP lançou o **Prêmio Profissional Virgínia Bicudo** para enaltecer sua valiosa contribuição para a Psicologia brasileira.



Da redemocratização à despatologização

As transformações desde o início das atividades do CRP SP até a Constituição de 1988

Arte: Paulo Mota.

A pesar de a profissão de psicóloga e psicólogo no Brasil ter sido aprovada em 1962, por meio da Lei nº 4119, ainda seriam necessários oito anos até o início das atividades do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP).

O ano era 1974 e já fazia uma década do golpe militar no país. Após um período de ascensão política do governo ditatorial, pela primeira vez a oposição obteve maioria no Senado e alcançou quase metade dos cargos na Câmara dos Deputados.

O resultado nas urnas foi uma manifestação do descontentamento com a repressão, com as violações de direitos e também com as dificuldades financeiras que atingiam a população, consequência da crise do petróleo que afetou o chamado “milagre econômico”.

Foi em meio a um contexto de desaceleração da economia e perda de força política dos militares, numa sede improvisada no centro da capital paulista, que o CRP SP realizou sua primeira eleição e cerimônia de posse da diretoria formada por Waldecy Alberto Miranda (presidente), Romeu de Moraes Almeida (vice-presidente), Geraldina Porto Witter (secretária) e Carlos del Nero (tesoureiro, em substituição a Suzy Vijande Cambraia).

O local pertencia à Sociedade de Psicologia de São Paulo, numa época em que o Conselho Federal e os regionais não contavam com recursos para se manterem. Após alguns meses de existência, foi possível alugar um imóvel na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 4187.

Além do CRP-06, que abrangia os estados de São Paulo e Mato Grosso, foram criados outros 7 regionais:



Resolução CFP nº 02/1974

- a) **1º região**, de sigla CRP-01, com sede em Brasília, abrangendo o Distrito Federal, estados do Acre, Amazonas, Goiás e Pará e territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia;
- b) **2º região**, de sigla CRP-02, com sede na cidade do Recife, abrangendo os estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte e o território federal de Fernando Noronha;
- c) **3º região**, de sigla CRP-03, com sede na cidade de Salvador, abrangendo os estados da Bahia e Sergipe;
- d) **4º região**, de sigla CRP-04, com sede na cidade de Belo Horizonte, abrangendo os estados do Espírito Santo e Minas Gerais;
- e) **5º região**, de sigla CRP-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro;
- f) **6º região**, de sigla CRP-06, com sede na cidade de São Paulo, abrangendo os estados de Mato Grosso e São Paulo;
- g) **7º região**, de sigla CRP-07, com sede na cidade de Porto Alegre, abrangendo os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Da esquerda para a direita: Arrigo Angelini, Waldecy Alberto Miranda, Mathilde Neder, Suzy Vijande Cambraia e Antonio Carelli na inauguração da sede do CRP-06. Arquivo CRP SP.

Conforme avançavam a estruturação e as realizações do Conselho, a partir das suas funções precípua de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, as oportunidades no mercado de trabalho e a própria carreira das psicólogas e dos psicólogos começavam a se consolidar.

Como era um tempo de aumento de vagas na indústria, comércio e serviços, a atuação ficou concentrada na gestão de pessoas, seleção de profissionais, avaliação de desempenho e outras atividades voltadas para o setor organizacional das instituições. Aos poucos, a área clínica começou a se intensificar, até se tornar a ocupação mais frequente entre as pessoas formadas em Psicologia.

Antes da existência dos conselhos regionais, as psicólogas e psicólogos precisavam de inscrição no Ministério da Educação (MEC) para poderem atuar. As primeiras carteiras profissionais começaram a ser entregues em 1977, e nesse início foram analisados mais de quatrocentos processos de inscrição de pessoas que desempenhavam atividades em São Paulo e no Mato Grosso.

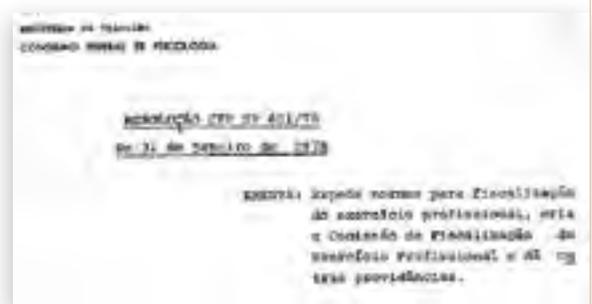
Assinatura da carteira profissional de psicóloga, na sessão solene de 9 de maio de 1977. Arquivo CRP SP.



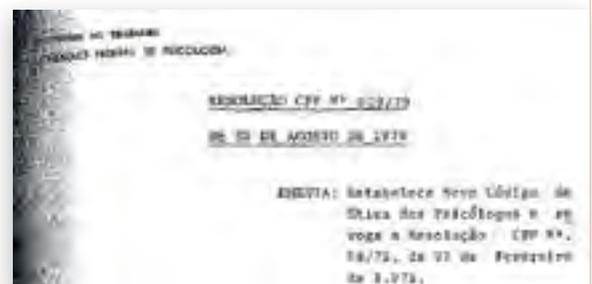
Arrigo Leonardo Angelini é a pessoa com a primeira carteira profissional de Psicologia.

Um movimento importante que se desenvolvia nesse período era a Psicologia social crítica, com influência de teorias marxistas, voltada para analisar estruturas de poder e formas de resistência, que moldou abordagens teóricas e práticas profissionais, inclusive após o fim do regime militar.

Já no ano seguinte, quando o II Plenário tinha assumido a gestão, além da mudança da sede do CRP SP para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1084, onde o Conselho permaneceu pelos dez anos seguintes, foi criada a **Comissão de Fiscalização**, com a finalidade de coibir a prática ilegal e irregular das atividades, bem como foram definidas as normas para implantação de delegacias (futuras subsedes).



Em 1979, quando o Mato Grosso do Sul foi elevado à categoria de estado, foram inauguradas as primeiras delegacias, especificamente nas cidades de Campo Grande, Cuiabá, Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos. A proposta era dar maior agilidade ao serviço de inscrições profissionais, bem como possibilitar maior zelo no cumprimento do novo **Código de Ética Profissional**.



Capa do Jornal Psi de fevereiro/março de 1984 e cartaz para comício pelas Diretas Já, em janeiro de 1984. Acervo CRP SP e Cedem-Unesp.



Enquanto isso, eclodiam as grandes greves no país, no movimento que foi intitulado de “Novo Sindicalismo”. Além da revogação de todos os Atos Institucionais, também houve a sanção da Lei de Anistia e a volta do pluripartidarismo.

Mesmo com a virada da década, ainda havia ameaças à autonomia do exercício profissional – como o Projeto de Lei nº 2.726/80, que na prática propunha a subordinação de todas as pessoas que atuavam na área de saúde às médicas e aos médicos.

Contudo, as atividades nos conselhos ganhavam mais abrangência e notoriedade, e pela primeira vez no CRP SP a eleição teria duas chapas, com vitória do grupo de oposição para a gestão entre 1980 e 1983. Um destaque desse triênio foi o aumento do número de conselheiros de nove para 15, devido ao excesso de atividades no Regional, justamente por concentrar o maior número de psicólogas e psicólogos do país, com mais de 15 mil profissionais na época.

As discussões sobre o papel do CRP SP diante da categoria e da própria sociedade avançavam. Aos poucos eram criadas novas comissões, como as de Saúde, de Trabalho e de Educação, para tratar de questões como os estágios e o ensino da Psicologia e da função social de psicólogas e psicólogos.

O envolvimento com mobilizações a favor da democracia – como a campanha pelas Diretas Já –, a defesa de uma nova política de saúde mental e as diferenciações na atuação em comparação com a prática de outras profissões, como pedagogia e assistência social, eram temas constantes nas atividades do Conselho.

Marlene Guirado (CRP 06/2604), que foi conselheira secretária entre 1983 e 1985, quando foram inauguradas as delegacias regionais do Grande ABC e de São José do Rio Preto, e presidenta entre 1986 a 1989, lembra das reuniões e dos debates sobre a participação nas Diretas. “Porque fazer macropolítica não era nossa meta, e nem nossa preocupação. Mas era o momento. Se você não toma as linhas desse contexto amplo, você fica à margem da história. Então, discutíamos a importância de o Conselho estar presente e como fazer parte dessa movimentação.”

Uma das bandeiras da chapa eleita Palavra Aberta era a revisão do Código de Ética Profissional. Aprovado pela resolução CFP nº 02/87, estabelecia que a atuação profissional deveria compreender “uma análise crítica da realidade política e social”, com base nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A psicóloga recorda ainda as definições e reivindicações em relação às atribuições do CRP SP, que acreditava não se limitarem somente a um território político, no qual pode não haver o reconhecimento das especificidades que envolvem a prática psicológica. “Na primeira gestão, o foco era pensar qual o serviço da Psicologia, como profissão, que era oferecido para a população. Na segunda, o que marcou foi o trabalho atrelado à Constituição de 88.”



Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) ergue o primeiro exemplar da Constituição de 1988. Acervo Senado Federal.

Marlene revelou que no plenário do Conselho as pessoas assumiram uma posição de estudiosas e estudiosos do texto que estava sendo montado. “Recordo quando chegou a última versão, numa plenária cheia de gente, principalmente dos trechos sobre as políticas de saúde pública. Era um tema sobre o qual fazíamos muitas discussões estratégicas e que ganhou bastante espaço de ação no período.”

Registros da campanha dos 30 anos da luta por uma sociedade sem manicômios, em 2017.



Em resumo, a professora titular e pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) acredita que, durante o tempo de atuação no CRP SP, foi possível concretizar o próprio papel do Conselho, mesmo sem se dar conta dessa abrangência. “Apenas confrontávamos os desafios que o exercício profissional apresentava no final da década de 1980”, conclui.

Período em que se intensifica a Luta Antimanicomial e o movimento pela Reforma Psiquiátrica no país. Foi inaugurado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (Caps Itapeva), em São Paulo, e elaborado o manifesto conhecido como “**Carta de Bauru**”, que se tornou referência na despatologização das pessoas usuárias dos serviços de saúde mental. O **Dia Nacional de Luta Antimanicomial (18 de maio)** também foi incluído no calendário oficial do país.



A Luta Antimanicomial em quatro atos

A construção de um dos movimentos mais importantes na área de saúde mental



Imagens: Arquivo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

A manchete da 43ª edição do *Jornal Psi* destacava a principal mensagem defendida nos cinco dias de atividades durante a **8ª Conferência Nacional de Saúde**: a saúde deve ser para todas as pessoas. O evento realizado em Brasília contou com mais de quatro mil participantes, e pela primeira vez teve a presença de usuárias e usuários – até então, era restrito apenas a parlamentares e autoridades do setor.

Realizado entre 17 e 21 de março de 1986, o encontro tinha como objetivo contribuir para a criação de um novo sistema de saúde e subsidiar as propostas no texto da nova Constituição, que vinha sendo discutido desde julho de 1985. O momento era de pensar em medidas e determinações que efetivassem a saúde como dever do Estado e direito do cidadão.

Foram lançadas as diretrizes para a construção de um sistema descentralizado e único: o **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Outra importante resolução da 8ª Conferência foi a definição de um conceito de “saúde” mais abrangente, que envolve condições dignas de vida, e que deve estar integrado com as demais políticas econômicas e sociais.

Essa mudança predominante nas discussões e tão representativa para a concepção de saúde acompanhava não só a disseminação de propostas para uma reforma ampla nos setores sociais, atreladas à ideia de garantia de direitos de cidadania, mas também o processo de redemocratização no final da década de 1980.

Significou um avanço fundamental graças à participação de trabalhadoras e trabalhadores, de integrantes de sindicatos e de militantes de movimentos sociais, inclusive pessoas em defesa da Reforma Psiquiátrica. Dentro da reformulação do sistema nacional de saúde, era o começo da criação de recursos para acabar com os manicômios e para a despatologização das pessoas usuárias de serviços de saúde mental.

Um dos desdobramentos do encontro foi a organização da **I Conferência Nacional de Saúde Mental**, realizada em junho de 1987, no Rio de Janeiro. O relatório final do primeiro evento nacional a reunir diversos agentes envolvidos com a temática indicava a necessidade urgente de reforma na política de saúde mental do país.

Manifesto de Bauru

Um dos grandes marcos da Luta Antimanicomial ocorreu no **II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental**, em dezembro de 1987. Durante o evento, foi produzido um documento em conjunto entre pessoas usuárias, familiares, trabalhadoras e trabalhadores da saúde mental, com referências utilizadas até hoje em Políticas Públicas do país.

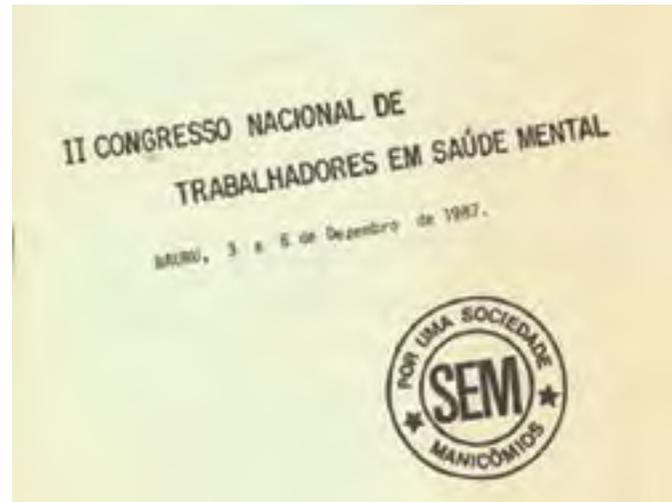
No encerramento, as pessoas participantes ocuparam as ruas de Bauru, no interior de São Paulo, portando faixas e cartazes, reivindicando uma sociedade sem manicômios. O Manifesto de Bauru, aprovado na plenária, foi distribuído no dia da passeata e marcou a origem do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. Segue abaixo a íntegra do conteúdo:

Um desafio radicalmente novo se coloca agora para o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. Ao ocuparmos as ruas de Bauru, na primeira manifestação pública organizada no Brasil pela extinção dos manicômios, os 350 trabalhadores de saúde mental presentes ao II Congresso Nacional dão um passo adiante na história do Movimento, marcando um novo momento na luta contra a exclusão e a discriminação.

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos.

O Estado que gerencia tais serviços é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de exploração e de produção social da loucura e da violência. O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada.

O manicômio é expressão de uma estrutura presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de



adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida.

Organizado em vários estados, o Movimento caminha agora para uma articulação nacional. Tal articulação buscará dar conta da Organização dos Trabalhadores em Saúde Mental, aliados efetiva e sistematicamente ao movimento popular e sindical.

Contra a mercantilização da doença!

Contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária privatizante e autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços públicos; pelo Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988!

Por uma sociedade sem manicômios!

Bauru, dezembro de 1987 – II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental.

Ainda em 1987

Inauguração do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (Caps) do país, “Professor Luis da Rocha Cerqueira”, conhecido como **Caps Itapeva**, na cidade de São Paulo. Com participação efetiva de um coletivo que reunia gestão, trabalhadoras, trabalhado-

res, pessoas usuárias e familiares, o serviço ficou marcado pela experimentação nas formas de cuidado e de inclusão social, num campo de experiências pioneiras que contribuíram para a elaboração das Políticas Públicas em saúde mental.

Em fevereiro de 2002, a partir da Portaria nº 336/02, o Ministério da Saúde regulamentou e estabeleceu as modalidades de funcionamento dos Caps em todo o país. Com uma proposta transdisciplinar, de caráter aberto e comunitário, esses centros realizam atendimento e acolhimento de pessoas com transtornos mentais, em sofrimento psíquico ou situações de crise, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

São serviços substitutivos do modelo asilar e dos mais demandados e conhecidos dentro da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), criada em 2011 e baseada nos princípios de cuidado comunitário e em liberdade, que faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS).



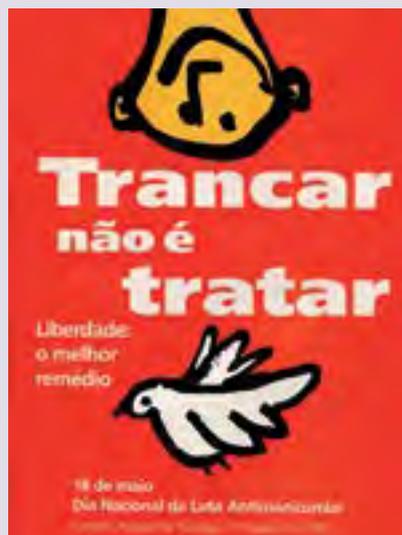
1988 • Dia Nacional de Luta Antimanicomial

Uma das reivindicações presentes no Manifesto de Bauru era a instituição do Dia Nacional de Luta Antimanicomial já no ano seguinte. Dada a relevância das mobilizações durante o **II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental** na luta contra a exclusão, a discriminação e o modelo centrado em internações, a data de 18 de maio entrou para o calendário nacional como um dos marcos em defesa dos direitos daqueles que vivem em sofrimento psíquico.

Com o lema “por uma sociedade sem manicômios”, o movimento ganhou maior notoriedade e engajamento ao longo dos anos, conforme se consolidava a nova Constituição e o Sistema Único de Saúde (SUS). Aos poucos, as propostas de uma rede de atenção à saúde mental brasileira, com serviços alternativos de acolhimento psicossocial e sem privação de liberdade, foram se concretizando como parte dos serviços públicos.

Seja em parcerias ou como protagonista de ações e eventos, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) sempre esteve presente e contribuiu com as atividades do 18 de maio. Além de acompanhar nas ruas as manifestações da Luta Antimanicomial, a autarquia costuma elaborar informes e divulgar campanhas como forma de orientar e convocar a categoria para se apropriar do tema, e também refletir sobre o papel de psicólogas e psicólogos no cuidado em liberdade.

Durante o período da “Semana Antimanicomial”, apoiadores, trabalhadoras, trabalhadores, conselheiras e conselheiros da sede e das subseções do CRP SP se articulam na organização e na participação de palestras, encontros e mesas-redondas para tratar de assuntos como “Liberdade para quem quer paz”, “Qual a sua loucura?”, “Saúde mental para todas e todos”, “Além da queda dos muros manicomiais” e “Saúde não se vende, loucura não se prende”.





Registro da projeção realizada no dia 18 de maio de 2022, como forma de homenagear Carlos Augusto de Oliveira. Conhecido como Carlão, era usuário do serviço de saúde mental e militante pela redução de danos e pela Luta Antimanicomial. Por muitos anos frequentou a sede do CRP SP, onde participou de reuniões, debates e plenárias, e se tornou um grande amigo e inspiração para todas e todos.

Por se tratar de processo histórico pela garantia dos direitos das pessoas usuárias de serviços de saúde mental e de pessoas em sofrimento psíquico, as mobilizações da Luta Antimanicomial não se restringem somente ao mês de maio. Nesse contexto, uma das realizações mais significativas do CRP SP é o **Prêmio Arthur Bispo do Rosário**, que teve início em 1999.

Em sua nona edição, a premiação é uma forma de expressão, visibilidade e fortalecimento da Luta Anti-



**IX PRÊMIO
ARTHUR
BISPO
DO ROSÁRIO**

manicomial, a partir da identificação e divulgação de produções de artistas usuárias e usuários de serviços de saúde mental. A iniciativa surgiu a partir do contato do CRP SP com os usuários do Caps Itapeva, em São Paulo, com objetivo de promover “uma sociedade mais justa, sem manicômios e sem preconceitos, e que tenha a solidariedade como elo principal das relações humanas”.

O CRP SP acredita e defende que valorizar a arte produzida por essas pessoas contribui para desconstruir o estigma da loucura como incapacitante e excludente da vida em sociedade. Também é uma maneira de reforçar o compromisso da Psicologia pelo cuidado em liberdade, bem como enaltecer o trabalho fundamental e indispensável realizado na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do Sistema Único de Saúde (SUS), que organiza e estabelece os fluxos para atendimento de maneira integral e gratuita.

1989 • Projeto de Lei nº 3657

Em de setembro de 1989, o deputado Paulo Delgado apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.657/89, que tratava “sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais”.

Ainda em 1989, houve uma intervenção pública para fechar o hospital psiquiátrico Casa de Saúde Anchieta, em Santos, no litoral do estado, devido a graves denúncias de mortes e maus-tratos. O episódio teve grande repercussão nacional e chamou atenção para a urgência do fim do sistema manicomial hospitalar.

Foram necessários 12 anos até a sanção do texto como a Lei nº 10.216/01, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Nesse período, diversas entidades, organizações e movimentos sociais seguiram em defesa de um

modelo de atenção à saúde mental que deixasse de priorizar a internação e a instituição hospitalar.

Com a aprovação, se intensificou o processo de redução de leitos em hospitais psiquiátricos e de desinstitucionalização de pessoas com longo histórico de internação. Também foram criadas Políticas Públicas para garantir uma rede complexa de serviços que compreendem o cuidado em liberdade como elemento fundamentalmente terapêutico, estruturado em unidades comunitárias e abertas.

Conforme estabelece o art. 2º, § II da lei: toda pessoa com transtorno mental deve “ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade”.





...das... do processo é... Para... de... de... a...
...do... Conselho... a... e... e...
...da... do... que... Para...
...do... a... e... e...
...do... a... e...

Mudanças na estrutura abrem Conselho à participação nos movimentos sociais

Após o diagnóstico inicial, a Comissão de Trabalho propôs várias alterações na estrutura interna do CRP, que já estão sendo implementadas.



Ciclo de Debates
...
Eventos

baixo as Conselheiras assinam o Termo de Posse.





CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO



Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Edital de Convocação

São Paulo - Mato Grosso - Mato Grosso do Sul

Atendendo ao disposto no artigo 24, alínea "C", da Lei 5766, de 20 de dezembro de 1971, convoca os psicólogos inscritos neste Regional para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 15 de outubro de 1993, às 20 horas em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de seus integrantes e, às 20:30 horas, em 2ª convocação com qualquer número de psicólogos presentes.

LOCAL:
Sede do Conselho Regional de Psicologia

ORDEM DO DIA:
1ª Prestação de Contas de 1993;
2ª Orçamento - programa de 1994;
3ª Outros assuntos.



ECO 92 em São Paulo

A capital paulista está sediando inúmeros eventos oficiais, cujo tema é o meio ambiente. O CRP também está presente, discutindo a questão.

de setembro de 1993.
Conselheiro - Presidente em Exercício
II - Conselheira - Tesoureira

Democracia em prática



Período é marcado por medidas estruturais para consolidar novo momento político

Durante os anos de ditadura militar, o brasão nacional deveria constar em todos os documentos e publicações do país. Um ano após o fim do regime, o CRP SP passou a adotar o logo utilizado no I Congresso de Psicologia (Conpsic), um rosto de aspecto futurista, graficamente estilizado.



Ao todo, foram 42 anos como trabalhadora do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP). **Rose Mary da Silva Guidio** relembra que, logo após a mudança de sede para a casa na **Rua Borges Lagoa, nº 74**, também houve uma alteração importante em sua rotina. Ao ser promovida, ela se tornaria a primeira pessoa a ocupar o cargo de telefonista na autarquia.



O ano era 1988 e muita coisa também mudava no país. No dia 5 de outubro foi promulgada a **Constituição Cidadã**, principal elemento da redemocratização nacional, após 21 anos de regime militar. Era um marco da garantia dos Direitos Humanos e da efetivação das Políticas Públicas brasileiras, dois aspectos cada vez mais presentes nas ações e atividades do Conselho.

Rose chegou até o CRP SP por meio de um anúncio de jornal e iniciou suas funções como copeira, numa época em que era necessário esquentar todas as louças, inclusive os copos de cristal. Ela tinha 33 anos e era o início dos anos 1980, quando havia maior formalidade nas relações.



Folheto com ilustração da nova sede. Acervo CRP SP.

“Não tinha a mínima noção de como era o trabalho do Conselho. Mas com o tempo fui me adaptando. Porque as reuniões plenárias eram muito sérias, sabe? Os homens de paletó e gravata, uma bandeira paulista e outra do Brasil a meio mastro na sala”, descreve. “Inclusive, eu tinha que usar um uniforme azul-marinho com branco nessas ocasiões”, recorda.

Quase uma década depois, já como telefonista, viu as demandas se tornarem mais complexas conforme aumentava o número de psicólogas e psicólogos com inscrição ativa. Além dos picos de procura quando havia eleições, o que mais exigia de Rose eram as pessoas que pediam urgência nas resoluções e mantinham um contato pouco gentil.

“Às vezes, você chegava de manhã e na primeira ligação já vinha uma ‘caixa de abacaxi’ inteira para descascar. Alguns até brigavam, queriam que eu explicasse coisas que eram informadas por meio das correspondências, mas nem sempre as pessoas liam.”

Rose também lembra das solicitações que correspondiam às subsedes, num período em que a descentralização era um movimento cada vez mais necessário e crescente dentro do CRP SP. As reivindicações por autonomia, participação e representatividade começavam a despontar na gestão do VI Plenário (1989–1992), que tinha **Marlene Zola** (CRP 06/4262) como conselheira vice-presidenta.



A psicóloga, que atuava na delegacia (hoje sub-sede) do Grande ABC, especificamente na cidade de Santo André, detalha como era feita a articulação entre os regionais, a sede e o plenário, quando o CRP SP ainda respondia pelos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

“Havia reuniões mensais regulares, com trocas de experiências e apresentações das especificidades locais. Além de trazer o que era representativo daquele território, os regionais levavam adiante assuntos que estavam presentes no Conselho. Era uma época de muitas mobilizações e articulação profissional, principalmente em questões de saúde pública, garantia de direitos das mulheres e **Luta Antimanicomial.**”

Ações pelo cuidado em liberdade no ano de 1989:

- implantação dos Núcleos de Atenção Psicossocial (Naps);
- criação de novos equipamentos na cidade de São Paulo, como centros de convivência, hospital-dia, emergências psiquiátricas e leitos psiquiátricos em hospitais-gerais;
- intervenção na Casa de Saúde Anchieta, em Santos;
- apresentação do **Projeto de Lei nº 3.657/89**, de autoria do deputado Paulo Delgado, sobre a extinção progressiva dos manicômios, aprovado 12 anos depois, com a Reforma Psiquiátrica de 2001 (Lei nº 10.216).



Marlene lembra que havia uma somatória de fatores que contribuíam para as mudanças vigentes na época, como uma determinação nacional acompanhada de administrações municipais sensíveis a uma nova abordagem de saúde mental.

Nessa construção, ela participou de um episódio importante durante o II Congresso de Psicologia (Conpsic), em outubro de 1991, quando coordenou a conferência “Desospitalização”, apresentada pelo médico italiano Franco Rotelli, ativista da desinstitucionalização psiquiátrica e referência na elaboração de políticas de superação do modelo manicomial. Além disso, ambos estiveram em Santos, no fechamento da Casa de Saúde Anchieta.



Jornal Psi de dezembro/janeiro/fevereiro de 1991/92. Acervo CRP SP.

“Fazia parte dos princípios de implantação da rede psicossocial, que impactou inclusive no reconhecimento da Psicologia como uma profissão da saúde, sendo ‘saúde’ o bem-estar social, físico e mental”, destaca. “São eixos que se concretizam por meio das Políticas Públicas, numa transversalidade com os Direitos Humanos e sociais, e que foram alavancados graças à militância e compromisso social de muitas pessoas.”



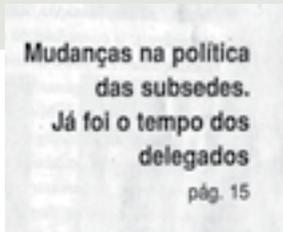
Arquivo / Agência Senado.

Gastos eficientes, estruturas democráticas

Setembro de 1992 foi marcado por mudanças na gestão do CRP SP e também na presidência do país. No dia 25, a chapa Psicologia e Cidadania tomou posse do VII Plenário. Quatro dias depois, foi aberto o processo de cassação do primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime militar, Fernando Collor de Mello, o que resultou no seu afastamento. Três meses depois, o político renunciava ao cargo para evitar o *impeachment*, desdobramento de uma série de denúncias de irregularidades no governo.

A conselheira presidenta **Vera Regina Rodrigues** (CRP 06/25438) foi bastante específica ao citar as questões mais urgentes do Conselho no período: a reforma administrativa para ter melhor controle orçamentário e a descentralização das onze delegacias para estabelecer relações mais democráticas.





Manchetes do Jornal Psi de julho de 1993. Acervo CRP SP.

“A primeira coisa que a gente percebeu era que a máquina administrativa consumia algo em torno de 70%, um absurdo. Era preciso ajustar não só os gastos, mas também as estruturas, para atingir uma perspectiva mais participativa nas trocas com a categoria e com a própria população. Vale lembrar que o Conselho foi fundado na época da ditadura militar e, por mais que seja uma autarquia com a função precípua de fiscalização, não fazia sentido manter uma lógica predominantemente punitivista.”

A psicóloga descreve que houve mudanças na Comissão de Fiscalização de Orientação (COF), para uma abordagem mais dialógica e orientativa. As atividades deixaram de ficar concentradas na figura de fiscais e passaram a ser responsabilidade de psicólogas e psicólogos, que começaram a atuar a partir de denúncias, e a avaliar a necessidade de abrir processos éticos.

“Achávamos que eram procedimentos pouco consistentes para alcançar boas resoluções. Nosso interesse era na qualidade da Psicologia que estava sendo estabelecida pelo Conselho como instituição, numa outra maneira de lidar com as pessoas. Fizemos negociações com quem estava inadimplente, apoiamos reuniões e congressos, estabelecemos parcerias, com foco nos benefícios para a categoria e para a sociedade em geral. Deu bastante trabalho, mas eu acho que valeu muito a pena.”

Vera destaca que, ao final da gestão (1992–1995), foi possível alcançar um superávit suficiente para comprar o imóvel da atual Subseção Metropolitana do CRP SP, na Rua Arruda Alvim, nº 89. Mas ainda seriam necessários quase quatro anos para a mudança ser efetivada.

1993: de delegacias para subseções

Mais autonomia, espaço de ação e de participação. Esses eram os pontos defendidos para alterar a organização das delegacias do CRP SP. A começar pelo nome, que foi trocado para “subseção”, e pela administração, que passou a ser responsabilidade de uma Comissão Gestora. Era uma maneira de descentralizar e fomentar a aproximação dentro dos territórios, por meio de eventos e projetos.



ULAPSI

ULAPSI
 União
 Latino-Americana
 de Entidades de Psicologia

1 Ano de União da Psicologia na América Latina

Psicologia e Contemporaneidade Social
 Uma nova perspectiva da Psicologia. Este projeto visa que a Psicologia brasileira se abra para a América Latina.
 Uma América de qual? O novo pacto, esta América que representa a América, as promessas, as lutas e os desafios.
 A ULAPSI, desde a criação da Associação Latino-Americana de Psicologia (ALAPSI) em 1974, vem promovendo a integração entre os psicólogos de diferentes países.
 Visite o site



Semana da Luta Antimanicomial
 12 a 23 de maio de 2009

**LIBERDADE
 PARA QUEM
 QUER PAZ**

Filmagem Paulista da Luta Antimanicomial

Associação Paulista de Psicologia SP

pSicOLOGIA, aÇÃO pARA tRansFORMar

SEMANA DO PSICÓLOGO 2009
 de 25 a 27 de agosto

atuação | oficina | diálogo | intervenção
 na sede do CRP SP
 informações: (11) 3061 3404
 ou pelo site www.crp.org.br

Associação Regional de Psicologia SP



Novo Iguá: 1000 metros quadrados, próximo ao metrô

Os psicólogos e assistentes sociais judiciários de São Paulo pretendem desenvolver vários projetos em parceria com o Ministério da Justiça, atuando no setor da justiça juvenil, além de também os Conselhos de Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares da Infância. Essa é uma das ações que chegaram aos 240 dias de "Encontro Serviço de Psicologia Judiciária e Assistência Social" que aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro, em São Paulo. O evento foi considerado um marco na organização de psicólogos e assistentes sociais judiciários em uma iniciativa conjunta do Conselho Regional de Psicologia (CRP) Regional de Serviço Social e da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ASP). Os resultados serão encaminhados ao Conselho Superior de Magistratura do Estado de São Paulo para a máxima de decisão do



PSICOLOGIA JUDICIÁRIA



Encontro tira pauta de indicações para Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Foto: Adri Felden



Mesa de abertura do evento: da esq. para a dir. Sídney Celso Corcúcio (pres. CRP), Dayse Bernardi (pres. AASPT-SP), Antônio Luiz Ribeiro Machado (pres. do T.J.), Dirceu de Mello (vice-pres. do T.J.), José Roberto Neves Amorim (pres. do corregedor geral da Justiça), José Walter Cassas (pres. do CRESS) e Nilce Botelli de Mello (vice-pres. da AASPT-SP)

fundamental do evento foi que, pela primeira vez, as conclusões serão organizadas em um documento a ser encaminhado ao Tribunal de Justiça e as decisões deverão ser implementadas em conjunto pelos segmentos envolvidos no setor da justiça. Ana Lúcia ressaltou, também, a importância da participação dos

então pela necessidade de dar continuidade ao trabalho político que já vem sendo desenvolvido pelas duas categorias profissionais para reverter essa situação.

Também estarão incluídas no documento a ser entregue às autoridades judiciais reivindicações quanto à necessidade de que haja uma

foi a necessidade de atendimento a funcionários do Poder Judiciário. A justificativa para essa iniciativa é a enorme demanda de atendimento aos próprios funcionários existente. Embora já exista um programa desse tipo em São Paulo, que funciona com



Avanços em direção ao compromisso social

CRP SP muda de sede e de formato e ações políticas se tornam a base dos trabalhos

Imagens: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota

Aos que nasceram depois de 1990, é difícil explicar todas as razões que fizeram do ano de 1994 um dos mais marcantes da década, e até considerado por muitas pessoas como “inesquecível”. São tantos os motivos que nem cabem neste texto.

Somente no mês de fevereiro, Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul e teve fim o embargo comercial imposto pelos Estados Unidos ao Vietnã, que durava 30 anos. Já no Brasil, teve início o Plano Real, com uma nova moeda que entrou em circulação em julho e mudou a história econômica nacional.

Também começou a ser comercializado o primeiro celular no país, apelidado de “tijolão”, e, no ano seguinte, a internet chegaria no Brasil. Foram mudanças que já indicavam o começo de grandes transformações no país, numa realidade bem diferente de quando **Sara Cristina Favero Santos** entrou no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP).

“Comecei como auxiliar administrativa, logo após completar 18 anos. Era janeiro de 1989. Naquela época, os procedimentos envolviam carimbo, papel-carbono e até sustar cheques. Eu que me assustei da primeira vez que ouvi isso (risos). Mas como sempre fui muito curiosa, perguntava a razão de várias coisas, e aos poucos fui aprendendo”, detalha a trabalhadora mais antiga em atividade no Conselho.

Já são 35 anos de serviços prestados em áreas como contabilidade, financeiro e compras, onde atua desde

1998. Ela lembra bastante das modificações e modernizações tecnológicas, como a chegada da máquina de escrever elétrica. “Foi uma festa. Sabe por quê? Porque nós conseguíamos apagar. Antes, se tivesse erro no meio da frase, tinha que fazer tudo novamente. Era um retrabalho que causava bastante estresse”, desabafa.

Na opinião de Sara, foi importante acompanhar esses avanços diante do surgimento de novas demandas com o crescimento do Conselho, assim como ter vivenciado uma época diferente, na qual era preciso organizar filas para as pessoas votarem ainda em cédulas.

Um exemplo de como as tecnologias já alteravam a rotina de psicólogas e psicólogos era a discussão do serviço psicológico por telefone em 1996, ano em que também saiu a **Resolução CFP nº15/96**, que regulamentou a concessão de atestado psicológico para tratamento de saúde por problemas psicológicos.





Fonte: Jornal Psi nº 97 | janeiro/fevereiro 1996

A medida significou um válido reconhecimento para a categoria. Isso porque a classe médica defendia que só pessoas com formação em medicina poderiam fornecer atestado de licença para tratamento da saúde. Já quem atuava na Psicologia argumentava que transtornos mentais nem sempre derivam de causas orgânicas e, por isso, demandam outra abordagem além da perspectiva da medicina.

Também em 1996, houve outra modificação significativa na configuração do Conselho. No mês de maio, com a **Resolução CFP nº 04/96**, foi criado o CRP-14, um território formado pelos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que deixavam de integrar o CRP-06. Com sede na cidade de Campo Grande, o novo regional foi criado com objetivo de facilitar as ações locais e a articulação das necessidades específicas daquelas regiões.

Com isso, a composição do CRP-06 passou a abranger unicamente o estado de São Paulo, e a sede permaneceu na capital paulista.

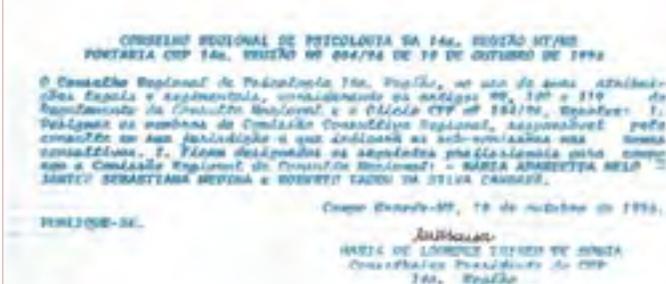


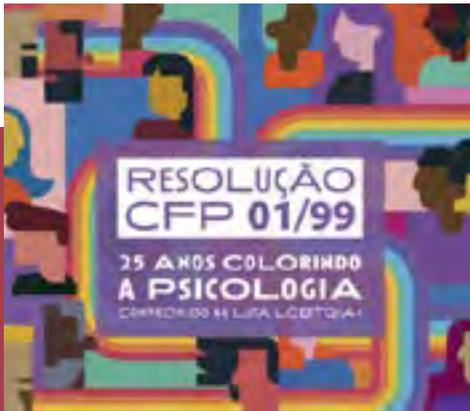
Uma Psicologia cada vez mais política

“Uma resolução como aquela, que proíbe profissionais da Psicologia considerarem homossexualidade como doença – assim definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) na época –, é uma medida política, um posicionamento muito pertinente do Conselho”, destaca **Odair Furtado** (CRP 06/25594), conselheiro vice-presidente do IX Plenário (gestão 1998–2001).



O psicólogo se refere à **Resolução CFP nº 01/99**, de 22 de março de 1999. “São propostas voltadas para atender os interesses não só de psicólogas e psicólogos, mas também a expectativa da sociedade.” Ele cita que houve grupos e parlamentares contra a iniciativa, como o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (CPPC). Além de diferentes ações realizadas pelos regionais para tentar estabelecer uma construção democrática, junto a especialistas e organizações, também foi promovido um evento em conjunto com a entidade para justamente discutir ciência, religião e Psicologia.





A **Resolução CFP nº 01/99**, que completa 25 anos em 2024, foi um marco para a Psicologia no país, por formalizar o entendimento de que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito e que as homossexualidades não constituem doença, distúrbio ou perversão, com diretrizes que até hoje servem de referência na defesa da população LGBTQIA+.

A resolução nada mais foi do que uma resposta visando a garantia de Direitos Humanos de todas as pessoas, com definições políticas que têm como base princípios progressistas. “Isso responde a uma perspectiva de saúde, de saúde pública, inclusive de como a categoria deve atuar. É resultado da mobilização que ocorreu no período, e que incluiu outras tantas lutas, como contra o racismo, ou a questão feminista – todas em pauta dos conselhos regionais e do Conselho Federal”, sintetiza Odair.

Em agosto do mesmo ano, após reformas, adequações na estrutura e regularizações do imóvel, a sede do CRP SP foi para um novo endereço: Rua Arruda Alvim, nº 89, zona oeste da capital paulista. **Diógenes Antônio Pepe**, gerente-geral desde o dia 4 de janeiro daquele ano, recorda que havia mais motivos para celebrar, além do próprio Dia da Psicóloga e do Psicólogo.



“Se não me engano, o dia 27 de agosto caiu numa sexta-feira. E conseguimos unir a comemoração da data com a efetivação da mudança, e o lançamento do novo **Jornal Psi**, que antes se chamava **Jornal do CRP São Paulo**, e ganhou outras cores, formato, totalmente reformulado”, enalteceu Pepe.



Nova identidade visual do CRP SP

Desde a década de 1980, o Conselho utilizava como símbolo a figura de um rosto futurista, graficamente estilizado. A imagem foi modificada para uma nova representação, que teve como base a letra grega psi (Ψ), com uma sobreposição de figura e fundo, e aplicação nas cores institucionais violeta e lilás. Uma das propostas era fomentar a representatividade da identidade visual junto à categoria.

Ainda em 1999, houve a concretização de um projeto de promoção de saúde mental bastante representativo das funções do CRP SP. “Tenho um carinho especial pelo **Prêmio Arthur Bispo do Rosário**, porque eu que fiz a proposta no Plenário, todas as pessoas presentes adoraram a sugestão, que foi imediatamente aprovada. Era uma forma de expressão da Luta Antimanicomial, que surgiu de uma conversa despretenhosa com o Pepe”, revela Odair.





O trabalhador, que atuou no Conselho até 2023, também relembra o episódio. Inicialmente, a conversa era sobre as artes que poderiam compor os cartões enviados no período de Natal. “A gente estava com planos de fazer um concurso interno para eleger as melhores criações feitas pelas pessoas das equipes em conjunto com familiares. Mas daí surgiu a ideia: por que não fazemos um prêmio com as usuárias e os usuários dos serviços de saúde mental?”

Hoje o **Prêmio Arthur Bispo do Rosário** está em sua 9ª edição. Valorizar e divulgar a arte produzida por essas pessoas é uma forma de o CRP SP contribuir na desconstrução do estigma da loucura como incapacitante e excludente da vida em sociedade, bem como reforçar o compromisso da Psicologia com a garantia de direitos, além de também reconhecer a importância do trabalho realizado na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do Sistema Único de Saúde (SUS).



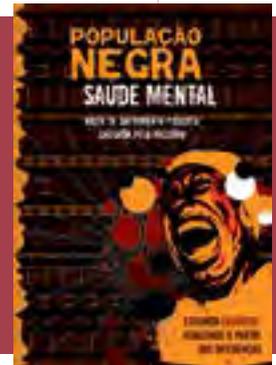
Acesse aqui mais detalhes do prêmio.

Se em 1996 a discussão girava em torno do atendimento psicológico por meio telefônico, quatro anos depois, por meio da **Resolução CFP nº 03/00**, ficou regulamentado o atendimento psicoterapêutico mediado por computador, com uma comissão nacional para validação, acompanhamento e fiscalização dos sites.

Outras mudanças se intensificaram com a virada do milênio, quando ganhava destaque o debate sobre como combater discriminações e desigualdades estruturais, ao passo que cresciam ações afirmativas no país. Na época, foi realizada a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que teve a participação de todos os conselhos de Psicologia do Brasil, e a apresentação de diversos trabalhos sobre o tema “compromisso social”.

Em 2002, diante da necessidade de a Psicologia rever suas práticas, a partir da compreensão e da atuação pautada nos aspectos sociais envolvidos nos processos de adoecimento, outra medida fundamental foi publicada: a **Resolução CFP nº 18/02**.

“As psicólogas e os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”



Enquanto ciência e profissão, era a regulamentação de um importante recurso de enfrentamento ao racismo, bem como de contribuição efetivamente ativa para a promoção da equidade racial, de modo a reafirmar o compromisso na construção de uma Psicologia antirracista.

Em novembro do mesmo ano, na Cidade de Puebla (México), foi criada a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), um espaço de organização e articulação entre diversas entidades para a troca de práticas e experiências no enfrentamento de opressões e desigualdades comuns a todos os países da região.

Por fim, em abril de 2004 passaram a vigorar as novas **Diretrizes Curriculares Nacionais** para o curso de Psicologia, com as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação presentes na graduação.

Psicologia: compromisso com a sociedade e profissão com qualidade



Conselho Regional de Psicologia SP

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO NA DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS

ECA
 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
18 anos

Edição comemorativa do Estatuto, na ocasião do aniversário de 18 anos do ECA

Conselho Regional de Psicologia SP
 Associação de Psicologia em São Paulo

IMPRESSO

Semana de Saúde Pública

I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública

Eventos preparatórios para o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública
 26, 25, 26 e 27 de abril de 2006

Entendimento da Psicologia e Saúde Pública

2011



CRP SP

FORUM POPULAR de SAÚDE MENTAL da ZONA LESTE
POR UM SUS SEM MANILÔMIOS
NA LUTA POR UMA REDE de CUIDADOS INTEGRAL, PÚBLICA e de QUALIDADE

**IV Prêmio
Arthur Bispo
do Rosário**

**V Prêmio
Arthur Bispo
do Rosário**

**1ª Mostra
Nacional de Práticas em
Psicologia**

**Psicologia
e compromisso
social**

dias 5, 6 e 7 de outubro de 2009
Pavilhão Arthur de Sá | São Paulo SP

DESCOLOINIZAR
CORPOS E TERRITÓRIOS
RECONSTRUINDO
EXISTÊNCIAS BRASIS

Uma campanha nacional das Comissões de Direitos
Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia

Em defesa das Políticas Públicas e pela garantia de direitos

CRP SP promove ações e campanhas numa realidade cada vez mais diversa

“**P**ara psicólogas e psicólogos, um ano de participação e organização. São muitas as atividades em todo o estado de São Paulo. São muitas as tarefas para aqueles que querem colaborar diretamente para a construção do futuro da Psicologia pela via dos Conselhos Profissionais.”

Assim informava o editorial do *Jornal Psi* nº 139, de fevereiro de 2004. Quase numa convocação para a categoria, o X Plenário (2001-2004) destacava importantes ações já previstas, como a consolidação do Banco Social de Serviços em Psicologia.

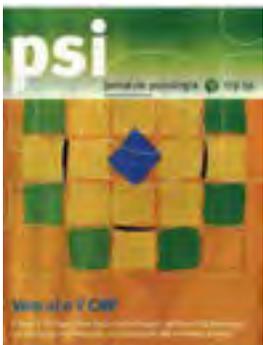
A proposta era oferecer ao estado o trabalho de psicólogas e psicólogos em instâncias públicas nas quais ainda não havia atuação de profissionais da área, conforme explica **Maria da Graça Marchina Gonçalves** (CRP 06/3983), vice-presidenta da gestão. A presença e a convocação para estar nesses espaços foram sendo estabelecidas aos poucos, em ações para demonstrar a potencialidade das práticas psicológicas com compromisso social.

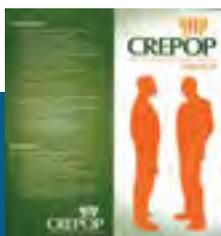
“A experiência do Banco Social é um ótimo exemplo de realização do Sistema Conselhos para qualificar a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas. A iniciativa era do federal, mas os regionais foram aderindo conforme suas condições locais de desenvolvimento. Lembro de

projetos de acompanhamento como o ‘De Volta para Casa’, após o fechamento de manicômios, e também o ‘Apoio Psicológico a Pessoas em Situação de Desemprego’, onde havia orientação, rodas de conversa para oferecer acolhimento e novas possibilidades para aquelas pessoas.”



A psicóloga recorda ainda que o lema do Banco Social era “Há sinais de novos ventos”, com o símbolo de biruta, porque aquele momento era justamente de inventar e colocar em prática novas soluções e de levar a Psicologia para outras direções, a partir de uma participação efetiva, mais próxima das necessidades sociais, de superação e esperança após as dificuldades vivenciadas na década de 1990.





Os desdobramentos do Banco Social de Serviços deram origem ao **Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)**, após ser apresentado como possibilidade de continuação do projeto e aprovado no V Congresso Nacional da Psicologia, em 2004.

“A ideia não era manter a iniciativa para sempre, tanto que funcionou entre os anos de 2003 e 2005. Daí é lançado o **Crepop**, para atestar que o CRP SP está num constante trabalho de reflexão, pesquisa e produção de referências para atuação nas Políticas Públicas. Era uma maneira de trazer a categoria para essa novidade, como com a criação do **Suas**, ainda uma discussão super-recente”, destaca Maria da Graça Marchina Gonçalves.

Sistema Único de Assistência Social (Suas)

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi implementado em 2005, com o objetivo de unificar as políticas de assistência social desenvolvidas em âmbito nacional. Após a medida, houve uma ampliação bastante significativa de psicólogas e psicólogos nesse campo de atuação, de modo a contribuir com a consolidação dos princípios e a garantia de direitos de proteção social.

Joari Aparecido Soares de Carvalho (CRP 06/88775), conselheiro do CRP SP no XIII e no XIV Plenários, aponta que essa participação nas Políticas Públicas é resultado de um processo histórico, inseparável entre sociedade e Psicologia. O psicólogo social no setor de gestão do Suas, na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura de Suzano (SP), acredita ser um avanço estrutural da profissão, que cada vez mais é reconhecida pelo compromisso ético-profissional com a democracia, com os Direitos Humanos, e com o enfrentamento da desigualdade social.



“A presença histórica de profissionais nas práticas de assistência social evolui como a própria política de legitimação da área. Diversos pares da Psicologia, junto com colegas de outras profissões e setores, contribuíram para identificar, integrar e sistematizar não somente os serviços, mas também programas, projetos e outras ações de proteção social como direito”, detalha.

Ele ainda afirma que a presença de psicólogas e psicólogos no planejamento e nos espaços da Rede Socioassistencial contribui para o fortalecimento e para a efetividade das ações particulares ou coletivas junto a pessoas em situações de vulnerabilidade, tanto para a população atendida quanto para quem realiza o trabalho social.

“Como entidade munida de respaldo pela categoria para realizar propostas, questionamentos e mobilizações, o Conselho tem um papel fundamental na orientação profissional, nas regulamentações com incidência na atuação da assistência social, na manutenção de comissões e GTs temáticos, e na articulação em fóruns de pessoas trabalhadoras da área.”



Responsabilidade social e Direitos Humanos

Ainda em 2005, durante a gestão do XI Plenário (2004-2007), que tinha Maria da Graça Marchina Gonçalves como presidenta, outra novidade bastante representativa foi consolidada no Sistema Conselhos: o lançamento da terceira versão do **Código de Ética Profissional da Psicologia**. No dia 27 de agosto de 2005, conforme **Resolução CFP nº 10/05**, entrou em vigor o novo regimento com princípios fundamentais, responsabilidades e disposições gerais.

A medida acompanhava a evolução da realidade profissional diante da crescente inserção das psicólogas e psicólogos em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais. Um importante recurso para estimular reflexões não individualizantes, com base na defesa dos Direitos Humanos, visando contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão.

Maria da Graça, especialista em Psicologia sócio-histórica, lembra que esse era um período de consolidação da **Comissão de Direitos Humanos (CDH)**, instituída no Conselho Federal por meio da **Resolução nº 11/98**. Ela havia sido presidenta da comissão na gestão anterior, e dava sequência aos trabalhos para estabelecer uma prática psicológica com uma perspectiva mais crítica e reflexiva sobre a importância da garantia dos direitos diante da produção de sofrimento mental.

“A comissão permanente ainda era algo novo, e os conselhos regionais estavam instalando suas CDHs. A gente tinha o desafio de introduzir os temas e buscar a adesão para essa discussão mais política, um viés mais recente e também mais difícil de iniciar. Investíamos muito em espaços de participação democrática, inclusive com instrumentos de consulta à comunidade, numa proposta de fomentar o diálogo e a orientação. Eram aspectos muito importantes para que o CRP fosse apropriado pela categoria”, pontua Maria da Graça Marchina.

Nessa época, quem ocupava a presidência da CDH era **Marilene Proença Rebello de Souza** (CRP 06/6133). A docente da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Psicologia escolar e políticas educacionais complementa que outras temáticas bastante trabalhadas pela comissão eram o direito à escolarização, a educação inclusiva e o processo de escolarização das crianças.



“Foi nesse momento que nós vimos a importância de constituirmos nacionalmente o ano temático da educação no Sistema Conselhos de Psicologia, que ocorreu em 2008. São Paulo participou ativamente da organização, inclusive com contribuições para o substitutivo do projeto, que depois virou a Lei nº 13.935/19. Além disso, também contribuimos junto ao Crepop com o conteúdo das primeiras **referências técnicas** para a atuação de psicólogas e psicólogos na educação básica, que só saiu em 2013.”

Como presidenta do XII Plenário (2007-2010), Marilene lembra que outra demanda bastante frequente era a utilização de medicamentos por crianças em idade escolar. Havia muitos relatos de profissionais que não sabiam como lidar com a questão, que se tornou uma pauta de grande relevância no Conselho.





“Nós começamos a discutir o processo de medicalização nas escolas, porque era uma forma de controlar o comportamento das crianças, com uma falsa ideia de que melhorava sua aprendizagem. Junto a outras organizações como Abep (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e Abrapee (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), nos reuníamos e fazíamos essas articulações, estávamos presentes em audiências públicas, em contato com parlamentares na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, e promovíamos debates com especialistas para ajudar nessas construções todas.”

Além da mobilização contra a determinação de que somente pessoas com formação em medicina poderiam ocupar os cargos de chefia dos espaços de saúde, o chamado “ato médico”, outra realização da gestão que ficou marcada no período foi a inauguração de uma **unidade administrativa na capital paulista**, na Rua Oscar Freire, nº 1.800. Com a expansão das instalações, foi possível criar o Centro de Documentação (Cedoc) do CRP SP, um espaço para armazenar e também digitalizar materiais históricos do acervo do Conselho.



A iniciativa acompanhava uma proposta maior, de estabelecer meios para que os conteúdos chegassem mais facilmente até a categoria. Por isso houve a reformulação do *site*, que passou a disponibilizar as publicações com acesso aberto, além de um esforço para diversificar as temáticas abordadas.

“Buscamos nos aproximar e pensar a Psicologia nos contextos dos povos originários, diante de questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de discriminações e desigualdades. E tínhamos que levar isso para a base, por isso fazíamos cadernos temáti-

Por realidades cada vez mais justas, plurais e inclusivas

- 2005** – ProUni: facilitou de forma significativa o acesso de estudantes de baixa renda e da rede pública a universidades particulares.
- 2006** – Lei Maria da Penha: tornou mais rigorosa a punição para agressões contra mulheres, para tentar coibir a violência doméstica.
- 2008** – Grupo de Trabalho GLBTTT contra a Homofobia do CRP SP: surgiu da necessidade de aprofundar questões de orientação sexual, identidade de gênero e sofrimento psíquico decorrente da não aceitação das expressões de sexualidade.
- 2008** – Constituição do GT Psicologia e Povos Indígenas, com reuniões realizadas na sede do CRP SP.
- 2009** – Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: possibilitou a construção de esforços públicos que resultaram na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15).
- 2010** – Estatuto da Igualdade Racial: favoreceu a promoção de políticas para o combate à discriminação e para a efetivação da igualdade de oportunidades para a população negra.
- 2011** – Portaria nº 2.836, que instituiu, no Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).
- 2011** – Resolução CFP nº 14/11: dispôs sobre a inclusão do nome social na carteira de identidade profissional (CIP) da psicóloga e do psicólogo.

cos dos eventos promovidos. Nada mais do que criar condições para a profissão ficar mais próxima da realidade e das necessidades sociais”, pontua.

Sobre os próximos 50 anos, Marilene considera importante descolonizar a Psicologia, de modo a constituir um conhecimento para responder às demandas e necessidades do sofrimento social. Por tratar da dimensão da subjetividade humana e das relações interpessoais, permite que cada um compreenda a si mesmo, e a si mesmo no mundo, de modo a transformar os problemas, as dificuldades e as tantas dívidas históricas a pagar.

“MELHOR SER UM LOKO NA BOA DO QUE UM NORMAL ASFIXIADO”



Arouche

Rua do Arouche

O QUE É RACISMO INSTITUCIONAL?

“É a Prática das instituições e organizações em gerar um ambiente que favorece e reforça as práticas que resultam em exclusão social, negando ou limitando o acesso institucional aos recursos humanos de grupos raciais ou étnicos, ocasionando prejuízos às oportunidades de acesso a benefícios sociais para estes e por demais instituições e organizações”

Comunidade Brasileira de Estudos em Psicologia (CIBEP)

Associação de Psicologia da UFPA



EVENTO: TRANSVERSALIZAR

SISTEMA CAMPINAS

Uma grande discussão é a de quem tem o direito de falar, e quando isso acontece, a quem se deve ouvir. O Conselho Regional de Psicologia (CRP) de SP, em parceria com o Conselho Estadual de Psicologia (CEP) de SP, promove o evento "Transversalizar" em parceria com o Conselho de Psicologia do Estado de São Paulo (CEPESP).

Participar!

Horário: 18 de Setembro (Sáb) 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00

Local: Ginásio de Esportes - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

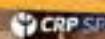
Inscreva-se aqui: <https://www.transversalizar.org.br/>

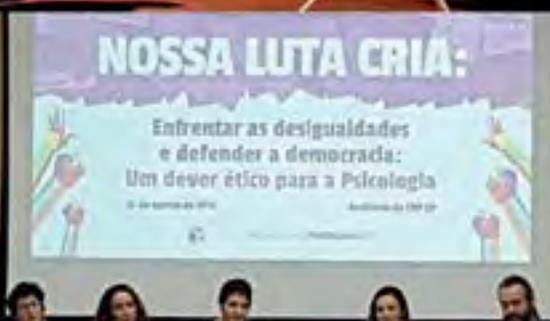
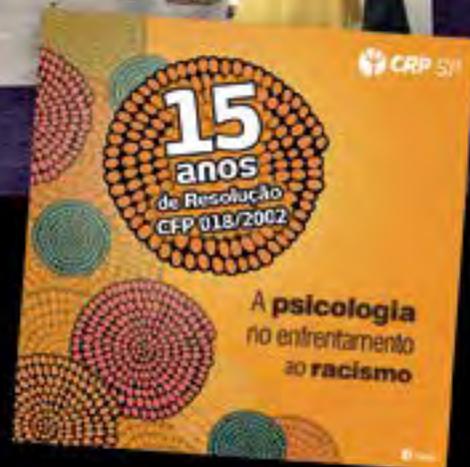
Nossos Passos Vêm de Longe

PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP





Garantir conquistas e evitar retrocessos

Em período conturbado, entre golpe e pandemia, Conselho pauta uma Psicologia pela transformação social

Depois de 15 anos, foi criado um novo projeto para renovar a identidade visual na comunicação da autarquia. Com as formas e cores tradicionais, o logo ganhou uma estética mais fluida e com influências contemporâneas.



Arte: Paulo Mota.

Uma gestão que teve início poucos meses após as “Jornadas de Junho” e terminou dias antes da finalização do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Um período que ficou marcado por protestos e pela defesa de muitas pautas conservadoras, quando as redes sociais se tornaram ferramentas poderosas de mobilização e de disputas de narrativa, até que os discursos de ódio e de intolerância ultrapassaram os canais digitais, influenciando fortemente a opinião pública e os rumos políticos do país.

Foi esse o contexto do XIV Plenário, entre os anos de 2013 e 2016, que teve como presidenta a psicóloga **Elisa Zaneratto Rosa** (CRP 06/58631). “Um momento que antecede e efetiva o golpe jurídico, midiático e parlamentar que destituiu a presidenta Dilma. Uma quebra no processo democrático do Brasil, e que representa a retomada do neoliberalismo numa conjuntura de crise”, recorda.

A docente de Psicologia social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) explica que se tratava de um processo, e não de algo imediato, que demandou uma postura de enfrentamento para evitar retrocessos em ações e políticas voltadas para garantir a diversidade. Foram disputas em torno de temas como a retirada da palavra “gênero” dos planos de educação e do debate sobre o Estatuto da Família.

“A gente se esforçava para colocar a Psicologia a serviço desse enfrentamento, pois compreendemos que são aspectos importantes da subjetividade, que possuem representatividade enquanto processo social. Isso se traduziu em ações e campanhas, por exemplo, sobre o reconhecimento dos laços afetivos e das diversas formações familiares, pois são determinações que interferem na garantia de direitos para muitas pessoas”, destaca Elisa.



EM DEFESA DAS FAMÍLIAS
Contra o Estatuto da família – PL 6583/13



Maria Objetiva/Flickr



Geraldo Magela/Agência Senado





Em entrevista, a psicóloga reforçou que não se tratava de bandeiras ideológicas, esvaziadas de sentido, para colocar o Conselho a serviço de uma escolha partidária. Era uma atitude maior, que reconheceria a importância desses temas nas condições estruturais da formação social brasileira, que deveriam ser transversais a toda a Psicologia. Um posicionamento em defesa da democracia, que é indispensável para a saúde mental.

“Somente numa sociedade democrática, que possui segurança nos processos institucionais, construída dentro dos pactos das relações sociais, é possível conviver com a diversidade. Não à toa que naquele período falamos de violência de Estado na campanha de Direitos Humanos e lançamos uma nota técnica para defender direitos sexuais e reprodutivos. Constituem questões fundamentais, relacionadas com opressões que se configuraram historicamente na nossa sociedade.”



Dentro da Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP, os esforços se voltaram para transversalizar o tema racial nas discussões sobre violência de Estado, em aspectos como discriminação e punições sistemáticas. Outro desafio para avançar nessa pauta foi o reconhecimento das estruturas racistas dentro do próprio Conselho.

Para ajudar a legitimar e consolidar esse processo de combate ao racismo institucional, foi contratada uma entidade de referência na área: o **Instituto AMMA Psique e Negritude**. Foi um meio de construir ações com mais qualidade e criticidade para analisar o racismo no campo da Psicologia, e também para pensar as relações raciais na máquina do CRP SP. A psicóloga **Clélia Prestes** (CRP 06/135410), que integrou as atividades, descreve como funcionou a dinâmica do projeto.

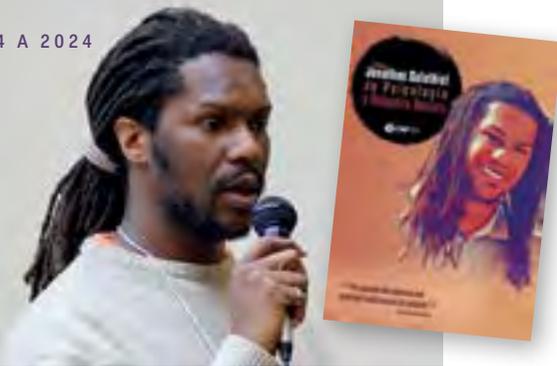
“As oficinas foram coordenadas pela **Maria Lúcia da Silva** (CRP 06/21298) e realizadas por mim e pelo **Márcio Farias** (CRP 06/195586), na sede e em todas as subsedes do CRP SP. Começavam com uma formação sobre relações raciais, e seguiam com um plano de ação para o enfrentamento do racismo institucional em cada unidade.

Principais ações das oficinas de relações étnico-raciais:

- importância da transversalização da temática racial nos núcleos, subnúcleos e GTs;
- mapeamento e parceria com movimentos sociais e demais entidades que tratam do tema;
- inclusão da temática na palestra de entrega da carteira profissional e também em ações e eventos do CRP SP;
- divulgação da Resolução CFP n.º 18/02 e maior articulação de psicólogas e psicólogos em relação ao tema;
- formações na contratação de serviços e recursos humanos e inclusão da temática racial nas opções de interesse nos formulários;
- pautar as relações raciais na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) e transversalizar a temática racial na discussão de questões éticas, como nos exemplos de violação de direitos humanos.

A lição que ficou? O CRP SP ainda precisa aumentar e muito a presença de pessoas negras na gestão e nos trabalhos técnicos, em ações que sejam adotadas como políticas do Conselho, para que tenham continuidade e um resultado efetivo.”





Ainda durante o XIV Plenário, a participação de um conselheiro com sorriso doce e grande vontade de viver e de transformar o mundo marcou a história do CRP SP. **Jonathas José Salathiel da Silva**, psicólogo atuante na área de saúde pública e militante de movimentos populares, ajudou a trazer a complexa realidade das questões raciais para dentro do Conselho.

Em sua incansável luta contra todas as formas de discriminação racial, por meio de diferentes ações propositivas, como oficinas e encontros, Jonathas demarcou a centralidade da questão do combate ao racismo, e denunciou o modo como o Estado se torna o maior violador dos Direitos Humanos. Foi idealizador e criador do caderno temático “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia”.

Por todas suas realizações, como uma forma de homenagear e expressar a gratidão para a construção de uma profissão comprometida com a igualdade racial, o Conselho criou em 2018 o “**Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais**”. Atualmente em sua terceira edição, a premiação tem como objetivo estimular a produção de artigos e de criações artísticas nas mais diversas linguagens sobre a violência causada pelo racismo e evidenciar os impactos das relações raciais na saúde mental.

Por realidades cada vez mais justas, plurais e inclusivas

2018 – Resolução nº 1: estabeleceu normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

2018 – CRP SP integrou a campanha “**16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**”, para reafirmar o compromisso por uma sociedade mais justa e com equidade de gênero.

2019 – Após 28 anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a transexualidade da lista de doenças mentais.



Enfrentamento contra retrocessos

Diante dos desafios do contexto sociopolítico que vinha se constituindo ao longo da década de 2010, o CRP SP adotou posturas incisivas e objetivas em defesa de uma sociedade inclusiva e democrática, de acordo com os princípios humanitários e éticos da categoria. Seja com a participação ativa para evitar o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2018, ou com o posicionamento contrário à Política Antidrogas, sancionada em 2019, é constante a atuação pela eliminação de qualquer violação de direitos.

“Em 2018, a gente tem uma conjuntura de avanço da extrema-direita, do conservadorismo, do aumento das violências e das opressões. É um período de grande polarização do país, e, mais que nunca, era preciso estar em espaços onde fosse possível fazer enfrentamentos. E a Psicologia vem se consolidando como uma frente de defesa de direitos sociais, políticos, de existência e da própria vida. Por isso o Conselho está no debate público em várias frentes”, explica a presidenta do XVII Plenário, **Talita Fabiano de Carvalho** (CRP 06/71781).



Foi exatamente nesse ano que a vereadora Marielle Franco foi assassinada, o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso e o candidato Jair Bolsonaro foi eleito. Foi também quando a psicóloga decidiu se aproximar do CRP SP, justamente para contribuir com a consolidação de políticas e sistemas de garantia de direitos, e assim passou a integrar o XVI Plenário (2019-2022). Mas em março de 2020 o mundo parou após a OMS ter declarado a pandemia de covid-19, doença causada pelo coronavírus.

Foram muitas as consequências dos anos de pandemia. A necessidade de distanciamento social acelerou a digitalização de vários processos. Houve uma ruptura com o mundo do jeito que o conhecíamos, o que trouxe uma grande insegurança e questionamentos para a população.

O adoecimento, as mortes, a ameaça da contaminação e a incerteza causavam angústia e sofrimento. A perda da autonomia, a falta de renda e a instabilidade financeira geravam medo e ansiedade. Foi um período de grande aumento na busca por atendimento psicológico para lidar com a sobrecarga emocional.

No dia 26 de março de 2020, em resposta às dúvidas e demandas da categoria, o CFP publicou a **Resolução CFP nº 04/20** (revogada pela Resolução CFP nº 09/24) para orientar psicólogas e psicólogos acerca da atuação *on-line* diante do cenário de pandemia do coronavírus. Ao todo, foram mais de 20 normativas publicadas, com informações e direcionamentos para o enfrentamento da crise.



Na época, mesmo com as atividades presenciais suspensas, o Conselho manteve iniciativas como *lives*, reuniões *on-line* sobre a formação durante o período de distanciamento social, mobilização pela permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Mostra de Práticas de Psicologia na Pandemia.

Além de ter sido da secretaria durante o XVI Plenário, Talita também esteve à frente do Centro de Referências Técnicas em Psico-

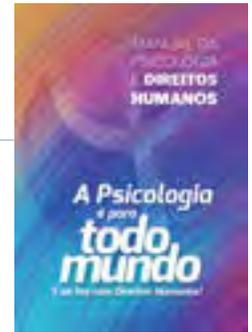
logia e Políticas Públicas (Crepop), em São Paulo. Ela lembra que o Conselho realizou uma pesquisa em junho de 2020 para avaliar a qualidade do exercício profissional durante a pandemia, monitorar as estratégias desenvolvidas e detectar possíveis dificuldades encontradas para a atuação de psicólogas e psicólogos naquele contexto.

O resultado? A construção do “**Manual da Psicologia e Direitos Humanos**”. A psicóloga explica que a decisão veio como resposta aos índices detectados no estudo, tais como a porcentagem de quase 75% das pessoas profissionais que não identificaram ou não observaram violações de direitos em seu exercício profissional.

“A partir disso, entendemos que precisávamos estabelecer outra forma de comunicação com a categoria, para provocar a reflexão sobre os atravessamentos dos marcadores sociais em nosso país, que perpassam as vidas. Reforçar que não somos profissionais de tratar sofrimento, mas sim que incidimos na produção desse sofrimento, ocasionado por opressões e desigualdades estruturais da própria sociedade.”

A atual presidenta do Conselho fala sobre a relevância desses quase 20 anos de consolidação do Código de Ética da Psicologia, como uma garantia para a construção de um exercício profissional ético, pautado nos Direitos Humanos, enquanto ciência e profissão que emancipa pessoas. Ela enfatiza que as Diretrizes Curriculares Nacionais mais recentes para os cursos de graduação, publicadas em 2023, são organizadas e pautadas nesse compromisso social e nessa defesa de direitos.

Mas ainda há muito o que avançar para os próximos 50 anos. “Temos uma formação bastante eurocêntrica, falamos pouco de uma Psicologia brasileira, feita por e para a nossa população, que vive uma realidade muito desigual. Internamente, precisamos de alinhamentos para alcançar uma construção cada vez mais antirracista, antimachista, anticapacitista e antiLGBTfóbica. Que não seja para diagnosticar e patologizar as pessoas. Devemos nos posicionar e assumir que o sofrimento decorre dos atravessamentos pessoais. Pensar como a representatividade importa para alterar essas estruturas, pois é capaz de moldar a sociedade para outros referenciais”, finaliza.



Participe das ações preparatórias do

12 CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA | CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA

www.crpssp.org.br/cnp





COMIAL e ACIONISTA



PRETA GONIS TAS

vo_pretagonistas
pretagonistas@gmail.com



Seminários de Psicologia e Políticas Públicas



Como se forma uma pessoa psicóloga?

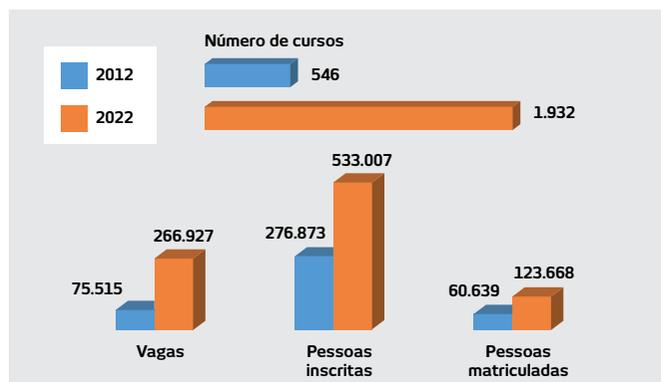
Com a função de orientar a categoria, CRP SP integra discussões sobre a qualidade da formação profissional

Fotos: Acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

Você, pessoa leitora que chegou até o final desta publicação, com tantas informações sobre a prática psicológica e os 50 anos de atuação do Conselho Regional de Psicologia (CRP SP): na sua avaliação, o que forma uma psicóloga e um psicólogo? Que aptidões e conhecimentos são necessários para garantir um bom exercício profissional?

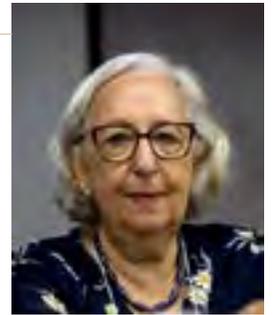
A orientação está entre as funções precípua dos conselhos regionais de Psicologia, num trabalho mais amplo que envolve também disciplinar e fiscalizar, objetivando a qualidade técnica e ética dos serviços prestados. Tanto que outra responsabilidade do Sistema Conselhos é a normatização das atividades, por meio da elaboração de referenciais para a profissão, que precisam ser adequados e atualizados conforme as próprias transformações da sociedade.

Assim também acontece com o ensino de Psicologia, que passou por importantes mudanças desde a regulamentação da profissão, em 1962. Um aspecto recente que chama atenção é o crescimento na procura pela formação, bem como a alta na oferta de cursos. Entre os anos de 2012 e 2022, o número de cursos existentes e de pessoas inscritas e matriculadas mais que dobrou. Já a quantidade de vagas quase triplicou, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Fonte: plataforma de dados abertos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A psicóloga **Irani Tomiatto de Oliveira** (CRP 06/2336), quatro vezes diretora e atual presidenta da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), explica as diferenças nas atribuições em relação ao caráter formativo da profissão.



“Legalmente, a responsabilidade pela formação é do Ministério da Educação (MEC). Já os conselhos regionais respondem pela orientação na atuação profissional. E mesmo que a Abep trabalhe com a formação, não é um órgão com poder de decisão. O que fazemos é promover ações e interlocuções, *lives* e fóruns de discussão, por exemplo, com o Conselho Nacional de Saúde, em busca de melhorias na qualidade educacional, seja nos conteúdos, disciplinas, exigências e controles estabelecidos.”

A docente, formada em Psicologia há quase 50 anos e com vasta experiência na supervisão de estágios e na coordenação de cursos de graduação, pontua os diferentes avanços e problemas que envolvem o grande desafio de montar uma estrutura que contemple as competências fundamentais na formação de psicólogas e psicólogos – um processo extremamente complexo.

Para ela, as discussões de hoje giram em torno da resistência ao modelo de Ensino a Distância (EaD), dos instrumentos de avaliação com poucos parâmetros quantitativos, do desnivelamento na qualidade dos cursos e da precarização dos estágios (pelo curto tempo de supervisão), “numa luta contra grandes poderes econômicos”. Mas quando Irani estudava na Universidade de São Paulo (USP), entre 1971 e 1975, as dificuldades se concentravam na esfera política.

“Foi na pior época da ditadura militar, uma experiência muito difícil e limitante. A gente estudava Psicologia social de maneira restrita, quase escondida, porque as salas de aula eram vigiadas”, recorda.

Naquela época, a formação na área era baseada num currículo mínimo, estabelecido por meio do **Parecer nº 403** do Conselho Federal de Educação (CFE), de 1962. Esse formato durou 42 anos.

A vontade de explorar possibilidades além dessas configurações engessadas motivou experiências como a realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A psicóloga **Odette de Godoy Pinheiro** (CRP 06/2155), que



começou como docente na instituição em 1966, lembra do modelo revolucionário aplicado dois anos depois, quando comissões paritárias passaram a coordenar as atividades

acadêmicas, e foi substituída a grade curricular vigente, que deixou de ser fixa.

“A gente propunha dinâmicas em que a administração era feita de maneira conjunta entre alunas, alunos e docentes. Também eram organizados núcleos temáticos, e as pessoas se inscreviam de acordo com o interesse. Eu estava no grupo de linguagem, e a gente tratava de tudo que fosse ligado ao tema, como teoria e pesquisa. Foi uma proposta que marcou a universidade, e que, se não me engano, segue até hoje”, afirma Odette.

Conselheira do CRP SP durante o IX Plenário (1998–2001), a psicóloga acredita que os princípios praticados ali vão muito além de estratégias de ensino, pois propõem uma ruptura das relações de poder, de um saber instituído, de modo a construir um conhecimento sempre renovável e aberto. “Eu me orgulho de ter colocado no currículo uma parte eletiva, em que você está disponível para descobertas, para a Psicologia, para a ciência e as práticas que vão se produzindo. É importante que mude sempre.”

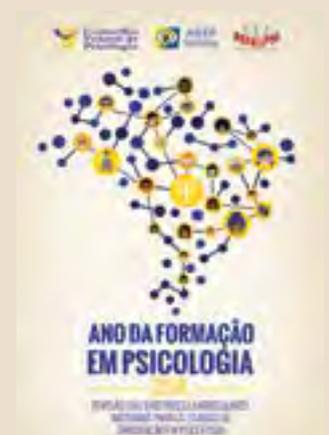
Tempo de mudar

Conforme aumentava o campo de atuação e de formação profissional e surgiam novas demandas ligadas à saúde mental, cresciam os debates e as mobilizações sobre o ensino de Psicologia no país: o encontro de Serra Negra, em 1992, é uma das ações mais significativas no período. Em 1997, o MEC alterou o referencial dos cursos superiores no Brasil, do currículo mínimo para as diretrizes curriculares, conforme detalha Irani Tomiatto.

“É muito diferente, porque em vez de estabelecer as disciplinas de um curso, determina as competências que as pessoas egressas devem ter quando se tornam profissionais. Permite maior autonomia às instituições de ensino superior (IES) e uma flexibilidade na configuração que privilegia a diferenciação entre as formações, inclusive para que haja adequações mais precisas às demandas regionais e temporais.”

Nessa época, havia uma forte defesa de um ensino que tivesse caráter prático, com o risco, inclusive, de redução na duração dos estudos. O ensino de sociologia era considerado perda de tempo. Foi por conta dessa e de outras dissidências que o acordo só veio sete anos depois, em 2004, com a publicação das primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da Psicologia.

“Chegou-se ao entendimento comum por meio da proposta de uma formação generalista com ênfases curriculares, que são eleitas por cada curso. Foram tantas novidades, que algumas ainda não chegaram a ser totalmente assimiladas. São propostas com um jeito de pensar muito inovador”, conclui Irani.





Percursos formativos do ensino da Psicologia

Crônica de uma identidade em construção

A Psicologia ganhou o Brasil a passos lentos. O pioneirismo na formação de psicólogas e psicólogos no país coube à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que instituiu o primeiro curso superior de especialização na área em 1954 e o converteu em graduação no ano seguinte.

Após a regulamentação da profissão, em 1962 (Lei nº 4.119), acompanhada pelo estabelecimento do chamado currículo mínimo, a formação na área seguiu a rigidez e o engessamento imposto pela ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964.

Foram necessários 21 anos para chegarmos à re-democratização. Mas as mudanças na estrutura curricular ainda iriam demorar, num processo que se fortaleceu junto com a própria construção de uma nova identidade nacional, desencadeado com a retomada da democracia.



Estudantes durante a Semana de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), durante palestra da Ana Mercês Bahia Bock (CRP 06/2771), professora titular da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

A renovação do arcabouço legal, que aos poucos abandonava a cultura autoritária do período ditatorial, incentivou o debate sobre os currículos acadêmicos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Psicologia e os conselhos regionais promoveram amplo debate sobre a formação em Psicologia.

O processo culminou com o I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos, realizado na cidade de Serra Negra (SP), em 1992, do qual participaram representantes de praticamente todos os cursos de Psicologia existentes no país à época. No encontro foi elaborado um documento – a “Carta de Serra Negra” – em que se definiram **sete princípios norteadores** para a formação acadêmica de profissionais da Psicologia, aos quais se somaram dez sugestões de operacionalização.

Princípios norteadores da formação em Psicologia

1. desenvolver a consciência política de cidadania e o compromisso com a realidade social e a qualidade de vida;
2. desenvolver atitude de construção de conhecimentos, enfatizando uma postura crítica, investigadora e criativa, fomentando a pesquisa num contexto de ação reflexão-ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica;
3. desenvolver o compromisso da ação profissional cotidiana baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos;
4. desenvolver o sentido da universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
5. desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sociocultural, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional;
6. desenvolver uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência;
7. desenvolver práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para avaliação permanente do processo de formação.

O viés social que marcou a legislação produzida na primeira década após a redemocratização – visível na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, na edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Lei nº 8069/90) e na regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (Suas; Lei nº 8742/93) – foi consumado na área da educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB; Lei nº 9394/96).

Com a LDB, encerrou-se a era do currículo mínimo, e as instituições de ensino superior (IES) ganharam autonomia para adaptar suas grades às realidades locais. Porém, a formação prática ganhava cada vez mais espaço, em detrimento do pensamento crítico sobre a profissão. Se o debate social era considerado subversivo durante a ditadura, no final dos anos 1990 passou a ser visto como supérfluo.

Em 1997, por meio da Resolução nº 218, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) incluiu a Psicologia entre as 13 categorias profissionais de nível superior que integram a área da Saúde. Até então, as IES podiam classificar os cursos da área entre as Ciências Humanas.



No mesmo ano, o MEC solicitou propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores, num processo de mudanças que já resultou em três versões diferentes de normativas.

Diretrizes Curriculares Nacionais

- 2004** Teve fim o sistema de currículos mínimos, no qual eram detalhadas as disciplinas que deveriam compor cada curso. Com o novo formato de DCN, a proposta era determinar as linhas gerais para desenvolver as competências e habilidades planejadas na formação. Também ficou estabelecido que os cursos ofereceriam uma única habilitação: a “formação de psicóloga/o”.
- 2011** Apesar de a maior parte do texto permanecer inalterada, adotou-se a nomenclatura unificada definida pelo Ministério da Educação (MEC): a habilitação até então chamada “formação de psicóloga/o” passou a “bacharelado em Psicologia”, e detalhou-se a formação de docente na área, agora denominada “licenciatura em Psicologia”.
- 2023** Entre outros princípios, as diretrizes vigentes determinam a valorização do conhecimento científico em Psicologia, ressalvada a diversidade de perspectivas; reafirmam o compromisso com a justiça social e o pensamento crítico, com o respeito à ética e às diversidades; e enfatizam a importância de Políticas Públicas que garantam o acesso da população aos serviços de Psicologia.

CRP SP
50
anos

